



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**  
**Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM**

Av. Carlos Gomes, 2120 – 90480-002 – Porto Alegre

Fone: (51) 3289-7594 – Fax: (51) 3289-7599

e-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

**Reunião Ordinária do Comam**

**Data: 22 de abril de 2010**

**Hora: das 14h00 às 16h00**

**Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120 – Porto Alegre/RS**

Porto Alegre/RS

29 de abril de 2011

*Degradado por*

*ZAP Multimídia*

**PRESENTES:** Professor Garcia e José Furtado, ambos da SMAM; Lívia Zimmermann, da UPV; Tiago Pereira Neto e Hilton Reimann, ambos da FIERGS; Mauricio Oliveira, da GRAMPAL; Felipe Vargas, do Instituto INGÁ; Maria da Graça Ortolan, do DMAE; Ricardo Ayup e Darci Campani, ambos da UFRGS; Nelson Fontoura, da PUCRS; Maria Lucia Frozi, do DEP; Magda Satt Ariolli, do CRBIO3; Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU; Emerson Correa e Silva, da UAMPA; Julio Corrêa e Eduino de Mattos, ambos da ONG Solidariedade; Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba; Cid Silveira Soares, do M.J.D.H.; Fabiana Fetter, do GP; Mauro Rosa de Paula, da SMS; Antônio Luis Gomes Pinto, da SPM; **Justificaram:** Rita Carnevale, da SBPC; José Carlos Vieira, da CMS; Ariadne Silveira Tiassú, do OP/SMCPGL; José Paulo Fitarelli, do IBAMA/RS. **Como convidado:** Dra. Annelise Steigleder, do MP; Valdir Flores e Paulo Alves, ambos do DMAE; Geraldo Reichert, da ERS/SMAM, Mário Monks, Diretor Geral do DMLU e Adelino Lopes, do DMLU;

#### **Objetivos:**

- Apresentação do parecer do pedido de vistas, feitos pelo Conselheiro Gilson Tesch, referente ao processo nº 001.037112.02.3.

- Votação para a ampliação de área e prorrogação de prazo de funcionamento (operação), da área do aterro Serraria referente ao processo nº 001.037112.02.3.

- Encerramento.

#### **Relato inicial:**

1 **José Furtado, da SMAM** – Boa tarde a todos e a todas, sou Furtado supervisor do Meio  
2 Ambiente, adjunto da Presidência. Na nossa pauta de hoje nós temos, iniciando às 14  
3 horas, apresentação do parecer do pedido de vistas feito pelo conselheiro Gilson Tesch,  
4 referente ao processo de número 001.037112.02.3 referente ao aterro Serraria II, com a  
5 palavra o senhor conselheiro.

6 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** Bem, senhoras e senhores, eu  
7 consegui cópia do processo, que deu mais ou menos mil trezentas e poucas páginas,  
8 apesar de que tem muita coisa repetida no processo e aí foi lido e analisado todo o  
9 processo e tiradas algumas coisas relevantes para apresentar nesse parecer, para tentar o  
10 apoio das pessoas para conseguir que realmente sejam encerradas as atividades desse  
11 aterro. Eu vou começar a ler o parecer: Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM –  
12 Porto Alegre, Rio Grande do Sul, relator Gilson Tesch. Parecer nº 001 de abril de 2010.  
13 Processo número 001.037112.02.3. Empreendedor: Departamento Municipal de Limpeza  
14 Urbana, DMLU. Nome do empreendimento: Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos Classe III  
15 Central Serraria II. Tipo de empreendimento: O empreendimento consiste em um aterro de  
16 resíduos sólidos da construção civil, classe A; central de beneficiamento de resíduos  
17 arbóreos e central de depósito temporário de sucatas ferrosas, classe A. Situação e  
18 localização: o empreendimento está situado na Zona Sul de Porto Alegre, no Bairro  
19 Serraria, Estrada da Serraria, número 3.300. A propriedade pertence ao Ministério do  
20 Exército, 3º Batalhão de Comunicações do Exército. As atividades do aterro foram  
21 desenvolvidas através de um contrato de prestação de serviços firmado entre o DMLU e a  
22 referida unidade militar. A extensão total da propriedade onde se localiza o aterro é  
23 aproximadamente 75 hectares. Uma parcela desta área foi ocupada por um aterro  
24 controlado denominado Olaria Brasília, onde houve o preenchimento de cavas de extração  
25 de argila com resíduos domiciliares, inclusive lixo hospitalar. Histórico: O Aterro Central  
26 Serraria II teve iniciadas suas operações em 1999. Em 09 de julho de 2001, o  
27 Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU – ingressou na Secretaria Municipal  
28 do Meio Ambiente com um requerimento de licença ambiental, para a Central Serraria II  
29 Aterro de Entulhos e Beneficiamento de Resíduos Arbóreos, para uma área de 20 hectares.  
30 Eu gostaria de ler a apresentação que o projeto que o DMLU apresentou nessa data em  
31 2001, que é importante. Porque realmente é o mesmo projeto que é apresentado agora.  
32 Apresentação do projeto: o presente documento tem por objetivo a obtenção de licença de  
33 operação de uma Central para recebimento de entulhos de obras, solos de escavações e  
34 para beneficiamento de resíduos arbóreos, através de reaproveitamento energético e  
35 compostagem proveniente dos processos de poda e capinas no município. Este projeto é

36 parte integrante do sistema de gerenciamento integrado implantado no município de Porto  
37 Alegre onde os resíduos sólidos são segregados na origem e transportados de forma  
38 diferenciada para o reaproveitamento, tratamento ou destino final de acordo com as suas  
39 características físico-químicas. De acordo com o sistema de gestão os resíduos de  
40 entulhos de obras e escavações devem ser encaminhados a locais onde possam ser  
41 dispostos de forma adequada e com controle operacional realizado pelos órgãos públicos.  
42 Evitando assim que estes materiais sejam descartados em qualquer terreno baldio no  
43 município; ou encaminhados para o aterro sanitário. O aterro de entulho Central Serraria II  
44 está sendo realizado dentro da área do 3º Batalhão do Exército, tendo como  
45 encaminhamento a formação do (...) de uma estrada que consta no plano diretor como  
46 diretriz 8803, que liga a estrada da Serraria à Vila Urubatã. O projeto também contempla a  
47 recuperação parcial do antigo lixão da Olaria Brasília, que operou de 1978 a 1990,  
48 recebendo os resíduos domiciliares de Porto Alegre, com cobertura material de entulho de  
49 obras e solos argilosos provenientes de bota-fora de obras de terraplanagem. Desculpem  
50 se eu não interpretei bem a leitura. O projeto previa a recuperação da área com um  
51 material proveniente do novo aterro. Argila e outros materiais que fossem recebidos no  
52 novo aterro. Descrição da área e mapa de localização: A Central Serraria II será implantada  
53 em uma parcela de 20 hectares, situada na Estrada Serraria 3.300 de propriedade do  
54 Ministério do Exército Brasileiro, por intermédio do 3º Batalhão de Comunicações do  
55 Exército, em uma área de terras em situação interna em forma de um quadrilátero irregular  
56 com aproximadamente 75 hectares. Uma parcela desta área foi ocupada com aterro  
57 controlado denominado Olaria Brasília, onde houve o preenchimento de cavas de extração  
58 de argila com resíduos domiciliares que continuam sem a cobertura final de selamento.  
59 Depois apresento as plantas. Isso aqui é basicamente. Eu só quis ler isso aqui para  
60 recapitular que esse projeto já foi apresentado em 2001, quando pediram a primeira  
61 licença. Já se passaram todos esses anos e nada foi implantado desse tipo de  
62 gerenciamento dos resíduos, reaproveitamento. Realmente foram aterradas áreas de  
63 banhados indiscriminadamente, com vários tipos de materiais como já foi mostrado aqui,  
64 inclusive contaminando o lençol freático e algumas células de lixos contaminados nesse  
65 local, conforme o estudo apresentado pela Profill, em 2004. Em 29 de julho, continuando o  
66 histórico, de 2003 foi encaminhado ao CMDUA com parecer favorável da CAUGE, para  
67 análise e parecer. Em 30/07/2004, o DMLU entregou na SMAM, o Relatório de Impacto  
68 Ambiental da Serraria II para análise. Em 23 de agosto de 2004, em reunião da  
69 Coordenação do Licenciamento Ambiental da SMAM, julgou-se necessária a devolução do  
70 RIA, a fim de que os mesmos fossem refeitos naquilo que foi apontado pelo Grupo de  
71 Trabalho, em especial quanto à avaliação e compensação do passivo ambiental, conforme  
72 acordado, mediante TAC, entre o DMLU, SMAM e Ministério Público. O DMAE, também  
73 apresentou um parecer técnico à Coordenação de Licenciamento Ambiental, constatando  
74 que a avaliação realizada foi insuficiente para estabelecer uma caracterização apropriada  
75 da área em questão. Esse foi um dos motivos que foi recusado o RIA, que foi devolvido na  
76 verdade, não recusado. Em 26 de outubro de 2004, a SMAM enviou ofício ao DMLU,  
77 solicitando providências quanto à reformulação do RIA considerando os pontos apontados  
78 no referido parecer técnico e a reapresentação do mesmo a SMAM dentro dos prazos  
79 previstos na resolução CONAMA 237/97. A apresentação da documentação constante no  
80 item 5 do referido TAC, com vistas à continuidade da operação do Aterro de Inertes, e  
81 ficam mantidas as condições e restrições de operações constantes neste item, até a  
82 aceitação de novo RIA. Isso aqui foi apresentado ao DMLU, que continuava valendo o item  
83 TAC, até que eles elaborassem a complementação do RIA, o novo RIA. Aí agora nós  
84 temos um pulo aqui; isso foi enviado ao DMLU em outubro de 2004. Em abril de 2005;  
85 outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril. Meio ano, seis meses se  
86 passou para que a Profill se manifestasse referente a não aceitação do termo do RIA  
87 apresentado pelo DMLU. Em 28 de abril de 2005, a Profill Engenharia e Ambiente  
88 apresentou a SMAM uma resposta ao parecer técnico que rejeitou o RIA com várias  
89 argumentações que ela apresentou. Seguindo: em 24 de abril de 2006 o supervisor de

90 meio ambiente mandou Ofício de número 295/06 ao DMLU reafirmando a não aceitação do  
91 Relatório de Impacto Ambiental. Eu coloquei isso porque é importante para a gente notar:  
92 foi um ano depois, exatamente. De 28 de abril a 24 de abril, passou um ano para que fosse  
93 mandada a solicitação de que continuasse o estudo. Então eu acho que é uma coisa muito  
94 importante também, a gente ir calculando o tempo que o executivo levou; a maneira que  
95 eles estavam tratando essa questão, entendeu? A pressa, como eu posso dizer? A  
96 prioridade, a urgência com que estava cuidando essa questão. Em 16 de maio de 2006, o  
97 DMLU enviou ao secretário municipal ofício de número 007/2006, em resposta ao ofício  
98 número 295/06 anteriormente citado, solicitando novo Termo de Referência para  
99 elaboração de novo Relatório de Impacto Ambiental. Na verdade o que precisava, seriam  
100 complementações daquele RIA. Então o DMLU pediu um Termo de Referência, aí  
101 novamente ganhando tempo para se elaborar um novo Termo de Referência que já tinha  
102 sido elaborada as questões que eram para ser reparadas naquele RIA antigo. Então o  
103 diretor do DMLU solicita novo Termo de Referência para elaboração de um novo RIA. Aí eu  
104 pergunto: para que novo RIA se faltavam apenas algumas complementações do RIA que já  
105 havia sido elaborado pela Profill Engenharia e Ambiente? Percebe-se que as respostas aos  
106 ofícios encaminhados entre o empreendedor – no caso o DMLU – e a SMAM foram feitos  
107 em enormes espaços de tempo, chegando há um ano entre uma apresentação da  
108 contestação da Profill referente a não aceitação do RIA, e o ofício do supervisor da SMAM  
109 reafirmando a não aceitação do Estudo de Impacto Ambiental elaborado pela Profill. Isso  
110 prova que estava tudo parado, ninguém estava preocupado. Estava totalmente parado o  
111 processo; tanto no DMLU quanto na SMAM. Ninguém estava preocupado, porque havia  
112 sido realizado um TAC com o Ministério Público. O Ministério Público licenciou a área para  
113 o DMLU continuar usando. Seguindo: no processo encontramos ordem de serviço, aqui  
114 acho que é importante colocar, no processo encontramos ordem de serviço do supervisor  
115 da SMAM na época, não vou citar o nome, se alguém quiser é só procurar no processo,  
116 solicitando que fosse feita reavaliação dos estudos, mesmo sabendo que o aterro operava  
117 em situação precária. Quando foi apresentado um parecer sobre o RIA, eles pediram que  
118 fosse refeito aquele estudo novamente, que se perdesse mais um monte de tempo para  
119 refazer aqueles estudos. Eu acho que é visível a falta de sincronia entre os departamentos  
120 e secretarias do município de Porto Alegre, o que também pode ser interpretado como uma  
121 estratégia para ganhar tempo e não resolver os problemas, deixando para última hora,  
122 como é o caso que está acontecendo agora. Que daí em última hora a gente tem que  
123 deliberar sob pressão, é o que está acontecendo agora. Quanto à parte técnica, que foi  
124 retirado do processo: pode ser observado, pelos estudos realizados que a área é frágil, que  
125 existem células de lixo contaminado no local, inclusive lixo hospitalar e carecem de solução  
126 definitiva. O lençol freático apresenta áreas contaminadas, que podem se agravar se não  
127 forem tomadas medidas para frear a contaminação. A CAN, essa resposta eu trouxe  
128 porque o Arceu na reunião anterior alegava que não tinha como comprovar se aquilo era  
129 área de banhado ou não. Então a CAN reconhece como banhado a área do Aterro de  
130 Inertes Serraria. Eu vou ler o parecer que foi mostrado aqui: analisando-se a área em  
131 estudo, verifica-se que a mesma enquadra-se nos critérios descritos no Código Estadual do  
132 Meio Ambiente, lei 11.520, de 2000, como banhado, por sua localização, presença de  
133 lâmina d'água em alguns locais e fauna/flora típicas. Estando o mesmo cercado por áreas  
134 muito impactadas por disposição de – no caso está falando do aterro – mas ela reconhece:  
135 aquilo é uma área de banhado. Então é uma APP. Se é uma área de banhado é uma APP,  
136 e uma APP está sendo atulhada, enterrada. Eu não vou ler todo o parecer, que o parecer é  
137 todo sobre o processo, a menos que queiram. Acho que vou ler para não ficar capenga. O  
138 levantamento de fauna apresentado foi realizado em agosto de 2007, no inverno, sendo  
139 que nessa época é pouco provável a visualização de animais como répteis e mamíferos. E  
140 as aves não se encontram em processo de mitificação ainda. Esse fato prejudica muito a  
141 avaliação de impacto, pois não demonstra a real situação e proposta do ecossistema. O  
142 laudo de fauna aponta apenas a garça branca como apresentado nas famílias de aves  
143 semi-aquáticas. O que prejudica avaliação de impacto na hora da supressão desse tipo de

144 ambiente. Isso foi quando foi feito o acordo para suprimir os 2,7 hectares. Esse é um  
145 relatório sobre a supressão de vegetação. Desculpem está um pouco apagada aqui essa  
146 cópia. As aves encontradas no local na época do trabalho de campo possuem pouca  
147 ligação com este tipo de ambiente. Em sua maioria, com grande capacidade de  
148 deslocamento. Esse estudo é realizado em 06/12/2007 verificamos a presença de, não  
149 apenas de como é que é? Eu não sei esse nome. Passeriformes. É isso. Está muito  
150 apagado, desculpem. Mas também de saracuras, maçaricos, marrecas, cará-carás, que se  
151 encontram alimentando-se nessas áreas úmidas e com indicativo de mitificação. O que  
152 demonstra uma riqueza maior que a descrita pelo RIA. Recomenda-se uma avaliação mais  
153 abrangente e criteriosa do local, com atenção especial aos impactos decorrentes da  
154 supressão de ambientes, não apenas exemplares arbóreos e proposição de medidas que  
155 contemplem o ciclo sazonal da fauna local, esse é o parecer. Quanto às alternativas  
156 locais: no processo analisado – esse que eu recebi cópia – não foi encontrada  
157 nenhuma menção referente às alternativas. Não existe nenhum estudo sobre alternativas  
158 locais. Recebi um relato verbal da engenheira química Alessandra Nogueira no dia  
159 em que eu estive aqui na SMAM para analisar o processo. Que foi feita uma pesquisa junto  
160 a Secretaria da Fazenda do município na intenção de encontrar áreas do governo que  
161 pudessem ser utilizadas para aterro. Mas as áreas disponíveis de propriedade do município  
162 na Zona Sul da cidade são pequenas e não seriam apropriadas. Esse é o relatório que tem  
163 das alternativas locais. Na verdade não existem alternativas. Desculpem: não foram  
164 procuradas alternativas. Inclusive a engenheira Alessandra se comprometeu de mandar por  
165 e-mail o relatório que ela fez, documentado, digital e ela não mandou, não recebi. Ela ficou  
166 de mandar para o COMAM também, para todos os conselheiros.

167 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Eu te entreguei (...).

168 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** Só se tu largaste aqui e eu não vi.  
169 Onde é que está?

170 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** (...)

171 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** Bom, resta argumentar que o  
172 governo municipal tem o poder para desapropriar áreas quando de interesse público.  
173 Existem áreas, a gente pode desapropriar áreas. Para finalizar: em conversa com a  
174 conselheira Rosane Zottis, representante do Gabinete do prefeito – na última reunião isso –  
175 ela sugeriu que fosse utilizada – isso não na reunião, fora da reunião em conversa comigo  
176 – ela sugeriu que fosse utilizada aquela área na Zona Sul, próxima ao Aterro Serraria, onde  
177 seriam construídas lagoas de estabilização e maturação do antigo projeto do DMAE para  
178 tratamento de esgoto da capital. O projeto PISA porque foi alterado o projeto, então não  
179 vão mais utilizar as lagoas. E é uma área muito grande. É uma área plana de campos e  
180 não teria que aterrar os banhados e não teria que suprimir muita vegetação. Existem  
181 pequenas manchas de vegetação, é basicamente campo. Uma cota muito baixa. Aquela  
182 área é uma cota quase que ao nível do rio. Uma cota muito baixa; daria para levantar  
183 bastante aquela área sem prejudicar aquele banhado. Que na verdade com esse projeto do  
184 DMAE, do PISA, há uma área lindeira de frente, ela vai ser suprimida toda área vai ser  
185 suprimida para o projeto para o novo tratamento de esgoto; também é uma área de  
186 banhados; uma área de espécies imunes ao corte. Mas com relevância a fauna: a única  
187 alternativa que fauna que terá quando for suprimida essa área, seria vir para o lado do  
188 aterro de Inertes Serraria, aquela pequena mancha de banhado remanescente. Seria a  
189 única solução para não fazer um massacre geral da fauna local. Porque no local foi  
190 encontrado, conforme estudos: capivara, mamíferos grandes, ratão do banhado. Essa  
191 minha grande preocupação: seria uma forma inteligente de preservar o que vai ser  
192 destruído naquela área de frente. Porque senão não tem para onde ir, vai ser um  
193 massacre, não tem como, não existe outra maneira de conduzir a fauna a não ser esta  
194 naquela pequena região. Ali no corredor do Parque do Arroio do Salso eles teriam uma  
195 chance de sobrevivência. Eu acho que seria então uma alternativa a ser investigada antes  
196 de qualquer decisão a ser tomada, porque é uma área que está lá. Ela é bem pertinho do  
197 atual aterro, não chega a dar um quilômetro de distância do atual aterro. Depende onde for

198 colocado o portão de entrada, fica a questão de metros, 500 a 600 metros, um pouco mais.  
199 Então eu acho que seria uma alternativa locacional, é uma sugestão. Para que a gente  
200 resolva de uma vez por todas essa questão. Porque eu acho que é uma questão de ética.  
201 O próprio Conselho votou um parecer. Ele aprovou a supressão de 2,7 hectares com a  
202 intenção de que seria a última vez, que não se prorrogaria mais, continuaria com o aterro  
203 por mais tempo, seriam encerradas as atividades e seria tratado o passivo ambiental que  
204 existe naquela região. O que vai acontecer? Se a gente reeditar o TAC, fizer um novo  
205 licenciamento através de termo de ajustamento de conduta, o que vai acontecer? Essas  
206 áreas não vão ser recuperadas na verdade, essas áreas do aterro Brasília; e a gente vai  
207 destruir toda essa área de banhado. Depois o projeto do DMLU vai destruir aquela outra  
208 área e a gente vai acabar com uma área muito importante referente à fauna e flora dentro  
209 de Porto Alegre. Eu acho que é muito importante a gente salientar, a gente pensar bem,  
210 porque vai ficar um pouco estranho. Quando nós aprovamos a ampliação de uma área de  
211 2,7 hectares foi com uma condicionante. E essa condicionante não está sendo cumprida. E  
212 não foi cumprido nada. A única coisa que foi feita: utilizada aquela área para depositar  
213 aterro. Agora que está terminando, como eu mostrei: os prazos não foram utilizados  
214 inteligentemente. Ficou tudo para a última hora e agora a gente está sob pressão. Eu acho  
215 que nós não devemos votar sob pressão. Porque isso aconteceu quando estava fechando  
216 o aterro João Parisi, na Zona Norte. Os empreendedores da construção civil –  
217 SINDUSCOM – vieram aos jornais dizendo que não poderia vir para a Zona Sul trazer os  
218 aterros, porque serviu de opção na época. Porque elevaria muito o custo e coisa e tal. Mas  
219 em pouco tempo, como não houve alternativa logo, em pouco tempo eles deram um jeito  
220 de licenciar um novo aterro que está sendo usado. Então eu sugiro que no caso de  
221 fechamento desse aterro, que se utilize a Zona Norte temporariamente até que se licencie  
222 uma nova área. Então por todos esses motivos apresentados, peço que seja mantida então  
223 a deliberação do COMAM, de 19 de março de 2008, encerrando as atividades do Aterro de  
224 Inertes Serraria II.

225 **Professor Garcia, da SMAM:** Esse é o relatório, Gilson?

226 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** Basicamente, esse é o relatório.

227 **Professor Garcia, da SMAM:** Então estão abertos para alguns questionamentos de algum  
228 conselheiro. Lembrando sempre, solicito aos conselheiros a identificação do nome e a  
229 entidade.

230 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Pelo o que o Gilson explanou então a situação não há  
231 nem como propor uma re-análise do material que a SMAM dispõe. Causando, o que eu  
232 tinha manifesto na semana passada, na outra reunião de discussão sobre o tema quanto a  
233 uma reavaliação e continuidade do licenciamento, tentando objetivamente vislumbrar  
234 alguma possibilidade ainda de recebimento na área que lá está; verificando a possibilidade  
235 de estudos que forem necessários ainda. Porque a mim me parece, Gilson, eu acolho o teu  
236 parecer, concordo. Mas me parece que ainda que o licenciamento ele fica numa etapa  
237 indefinida. Ou é fechamento da etapa de licenciamento. Porque o licenciamento hoje ele  
238 ainda está sob um termo de ajustamento. E na verdade ele, a figura licenciamento ainda  
239 está aberta. Então há que se dar uma definição para isso, acolhendo também a  
240 manifestação dele, mas ainda vislumbrando ou a recuperação ou a necessidade de alguma  
241 situação. Porque não há simplesmente como paralisar tudo, e daí? Qual a situação que  
242 hoje se afigura? Porque na verdade ele ainda tem uma vida curtinha até o fim de; poucos  
243 dias. Mas é isso.

244 **Professor Garcia, da SMAM:** Mais alguém?

245 **Darci Campani, da UFRGS:** Infelizmente eu não pude vir na última reunião, mas o  
246 professor Ayup que nos representa na suplência me passou alguma coisa da discussão.  
247 Acho que os questionamentos que o conselheiro Gilson levanta são pertinentes, são  
248 válidos, mas eles têm que ser encaixados dentro da ótica de uma cidade que cresce; que  
249 não parou de crescer. É bastante difícil imaginar onde colocar os resíduos da cidade de  
250 Porto Alegre. É bastante fácil dizer: não, aqui não pode; perto da minha casa não, ali onde  
251 é uma área que eu quero preservar; não pode colocar. A questão do João Parisi, a solução

252 realmente, a iniciativa privada achou uma área para fazer a deposição. Mas foi outra área  
253 que também passou a ser degradada, no sentido que passou a receber aterro de inerte.  
254 Então tanto faz no caso, lá na época, aumentar um pouco a área do João Parisi ou passar  
255 a atuar numa outra área. Nós temos aqui ao lado o município de Gravataí, onde tem o  
256 aterro Santa Tecla, que existia, eu não sei como está atualmente a negociação, a  
257 possibilidade de numa área que já estava impactada há mais de 20 anos, se fazer uma  
258 prorrogação e um aumento do tamanho do aterro para mais alguns anos de duração de  
259 vida daquele aterro; se concentrando todo o impacto numa única área no município e por  
260 questões jurídicas, por questões políticas locais, não sei se vai se conseguir a ampliação.  
261 Eu acho que já está mais ou menos definida, daquele aterro. A cidade continua produzindo  
262 resíduos. Gravataí não parou de produzir resíduos. O que vai ter que fazer? Degradar outra  
263 área. Tem que fazer todo um investimento em criação de um aterro numa outra área,  
264 porque estava sendo barrado de se continuar naquela área na qual o empreendimento já  
265 existia e já estava sendo devidamente gerenciado. O relato do conselheiro Gilson mostra  
266 claramente – e aí sendo bem parceiro na sua apresentação – as dificuldades que quem já  
267 administrou órgão público sabe: de correr os dias; os dias correm e correm. A gente tem  
268 que estar correndo atrás da máquina e não consegue dar vencimento. No próprio parecer  
269 que foi relatado, da CAN, falou que o levantamento de fauna sofreu com o fato de ter sido  
270 feito no inverno. E aí não tem o período de mitificação. Aí o próprio conselheiro Gilson  
271 disse: a Profill para se manifestar em relação ao refazer, levou mais de seis meses.  
272 Teoricamente devia ter levado um ano, para pegar todo o período, um ciclo inteiro. Como é  
273 que fica a cidade? Eu falo isso porque a gente já teve que administrar isso. Esse antigo  
274 lixão, quando a gente entrou no DMLU, ele já existia, infelizmente; ou felizmente a  
275 população interditou a entrada dos caminhões do DMLU. De um dia para o outro não se  
276 pode mais entrar. Então se parou com uma coisa que realmente nunca poderia ter sido  
277 feito lá, aquele depósito de lixo naquele local. Mas o lixo está lá. E agora – com a entrada  
278 na época do aterro Serraria em ação – aí se conseguiu acesso ao aterro e aí se teve a  
279 perspectiva de recuperação da área ou pelo menos, de minimização do impacto ambiental  
280 da área. Não mais por dentro da Vila Urubatã, mas sim por dentro dessa área do exército.  
281 Então acho que é uma boa discussão, uma brilhante discussão em relação a como é que  
282 uma cidade cresce, como é que uma cidade continua produzindo resíduo, como é que ela  
283 continua tendo que gerenciar seus resíduos. Na área da construção civil alguma coisa tem  
284 que fazer com esse resíduo. Existe a perspectiva e permita-me, há nessa casa, pelo que  
285 eu saiba, um projeto da iniciativa privada para reaproveitamento desse material. Também  
286 aí as dificuldades: a própria casa de conseguir fazer o licenciamento. Talvez aquele  
287 processo que esteja aqui hoje resolva 100% do problema de geração de resíduos da  
288 construção civil para a cidade de Porto Alegre por uma iniciativa de uma empresa privada.  
289 Mas ele também tem seus problemas e dificuldades para licenciamento. Então administrar  
290 uma cidade não é nada fácil. Ainda mais que ela continua crescendo, continua produzindo  
291 resíduos, continua tendo (...). Se a gente no caso conseguisse para de produzir esgoto e  
292 resíduo, parasse de consumir água talvez a gente conseguisse ter uma folguinha mais para  
293 administrar. A questão de ser área protegida, então a gente vai decretar a ilegalidade do  
294 plano diretor da cidade de Porto Alegre. Porque a área que hoje é a Coca-Cola, antes de  
295 construir a Coca-Cola era várzea do rio Gravataí. Todo o plano diretor prevê para a várzea  
296 do rio Gravataí ocupação com área industrial, parque industrial. Então o plano diretor da  
297 cidade de Porto Alegre é ilegal já desde a primeira edição. Porque ali já é área consagrada  
298 para construção dentro dos seus limites. Na época que eu estava na presidência do Comitê  
299 Gravataí, onde se deliberou e margeou, se estudou junto com o CPRM, junto com  
300 Fundação Zoobotânica e uma série de outros órgãos, onde seria a área original da várzea  
301 do Gravataí; aquela área ali também, que nunca poderia ter sofrido investimentos. Então é  
302 o pensar de uma cidade que cresce e faz parte de qualquer cidade crescer. Como é que a  
303 gente pensa isso aí. Vamos degradar outra área ou aproveitar uma área que já tem um  
304 determinado impacto? E realmente aí a preocupação de recuperação daquela parte onde  
305 foi depositado o resíduo de saúde. Que era área oficial de depósito em 1980 até 90 – área

306 oficial – de depósito de resíduos de serviço de saúde da cidade de Porto Alegre era nesse  
307 aterro da Urubatã.

308 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Relembrando que hoje nós temos a audiência  
309 pública da Arena do Grêmio, que fica numa das regiões mais críticas da cidade, um  
310 verdadeiro banhado. Então é por aí. As coisas. Na próxima reunião, dia 29 a ONG  
311 Solidariedade vai apresentar aqui, fazer uma apresentação formal ao Conselho do nosso,  
312 que é o CTSA, da questão da reciclagem do material da construção civil, classe A. E a  
313 gente espera que com isso a gente consiga, junto com o projeto da UPV, que apresentando  
314 também aí, a gente espera que a gente consiga pegar uma grande parte desse material e  
315 resolver uma parte desse problema da cidade como o Campani falou agora. Então acho  
316 que o nosso papel aqui no Conselho é crítico, mas também é de colocar propostas. E eu  
317 tenho uma proposta, que já falei aqui na outra vez, que esses resíduos sejam levados para  
318 o lado leste da cidade, que tem menos problemas ambientais, causa menos impacto no  
319 lado leste da cidade. Inclusive eu estive no local domingo, especialmente para isso, onde  
320 têm várias saibreiras algumas desativadas e algumas em funcionamento lá no Passo da  
321 Batalha. Inclusive a foto está projetada já ali e eu gostaria que fosse avaliada essa posição  
322 ali. Porque eu conversei com um dos funcionários do local, que coordena essas saibreiras  
323 e eles aceitam fazer um debate para ver a possibilidade.

324 **Assistência:** (...)

325 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Não, não, é no Passo da Batalha, lá na divisa  
326 com Viamão. Passo da Batalha é aquela estrada que vai para o Lami. Tem a Quirinas  
327 depois o Passo da Batalha. Então é o seguinte: uma área que fica longe de nascentes de  
328 arroios, nascente do Arroio Lami é distante dali. E eu acho que o lado leste da cidade de  
329 Porto Alegre é o ideal para fazer; não num ponto único, mas em vários pontos. Por que nós  
330 temos que depositar os resíduos todos num lugar só? É uma coisa que eu sempre  
331 pergunto ao DMAE. E o DMAE não me responde. Para que fazer um lagoão de tratamento  
332 de esgoto se poderiam fazer vários pequenos? Na Alemanha deu certo. Por que aqui não  
333 pode dar? Então eu proponho que se veja a possibilidade de fazer vários pontos de coleta  
334 desses resíduos e não num ponto único. Por que nós temos que despejar tudo num lugar  
335 só? Então fica a proposta de revisar esse local. Um local que tem bastante espaço já,  
336 desativado, eu acho que pode ser feita uma negociação com esse pessoal. Obrigado.

337 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** Então antes da proposta eu só queria reforçar que o  
338 Ingá é solidário ao parecer apresentado pelo colega Gilson e também pelas considerações  
339 do conselheiro Campani. Inclusive hoje foi protocolado um ofício do Ingá, onde ele se  
340 manifestava quanto à impossibilidade desta reunião. Porque até o momento dela não  
341 tinham sido entregues os documentos necessários para avaliação desta questão, como o  
342 TAC com o Ministério Público e os documentos do DMLU. O que eu acho importante, que  
343 eu concordo com a citação do Campani pela UFRGS, de que a gente tem uma questão  
344 muito difícil para lidar, porque a gente tem em teoria a valorização do meio ambiente,  
345 preservação e na prática uma cidade que está aí, abre aspas, “abrindo as pernas para a  
346 construção civil”, fecha aspas, e a demanda por um aterro é emergente, mas seguindo a  
347 linha do que o Campani disse, de que a gente não pode simplesmente criticar, eu deixo a  
348 pergunta: o que fez o DMLU neste tempo todo? É muito simples da mesma forma, dizer  
349 que não existe outra área e não tem nenhum documento no processo, atestando que ele  
350 fez uma procura efetiva. Então ao mesmo tempo é muito cômoda a situação de  
351 simplesmente alegar que não existia outra área e pedir renovação. Eu espero que o debate  
352 seja produtivo e vamos ver as apresentações. Muito obrigado.

353 **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Várias questões foram levantadas até então. Mas eu  
354 acho que o problema está batendo na porta. E sinceramente, nós teríamos que pensar: se  
355 a gente tiver que licenciar outra área, buscar outras áreas, enfim, isso vai demandar tempo.  
356 E muito tempo, considerando um novo processo de licenciamento. E sem dúvida, é  
357 inegável a colocação: a cidade está crescendo. Nós temos essa demanda e na verdade  
358 assim: quem responde por isso é o município. Sinceramente, eu acho que é uma situação  
359 complicada, como o próprio colega Gilson falou, é uma área importante. Mas por outro lado



360 acho que pulverizar aterros pela cidade, me parece que não é uma solução adequada. Isso  
361 colocação minha. O que eu proponho então: Nós não podemos parar a cidade de um dia  
362 para o outro como vai acabar acontecendo em função da data que nós estamos  
363 trabalhando. Proposta: quem sabe a gente veja qual é a capacidade de ampliação por um  
364 período curto de tempo ainda, deste aterro, mas desde que se monte um grupo de  
365 trabalho, uma força-tarefa alguém que possa trabalhar no sentido de agilizar. Como já foi  
366 dito: não existe outra área. Embora não esteja dentro do processo, eu confirmo: as pessoas  
367 que deram essa declaração na reunião passada: não tem outra área. O que nós vamos  
368 fazer? Não tem. Nós estamos precisando com urgência e eu questiono o DMLU de novo: a  
369 questão da colocação de elevação ainda um pouco da cota. Que usos afetariam se fosse  
370 aumentada essa cota? Eu fiquei com dúvida na reunião passada. Na verdade eu gostaria  
371 de perguntar para o Arceu. Digamos: se fosse elevado um metro, meio metro? Qual é o  
372 tempo de fôlego que isso nos daria e quais seriam as implicações que isso daria do ponto  
373 de vista do aterro? Era isso.

374 **Darci Campani, da UFRGS:** Eu acrescentaria para o Arceu mais uma pergunta, que não é  
375 só para o Arceu, mas para os representantes do DMAE e do DEP. Todos os municípios  
376 têm ou teriam, até o final do ano parece, está sendo rediscutido o prazo. Por enquanto o  
377 prazo é final do ano. Que é apresentar o seu plano de gestão de saneamento até o final do  
378 ano. A gente sabe que o Conselho Nacional das Cidades está discutindo uma resolução  
379 para tentar trocar essa data, porque ele está vendo que a maior parte dos municípios, aqui  
380 no Rio Grande do Sul oito ou nove municípios só fizeram esse plano. E eu pelo menos  
381 participei agora no fim de semana passada da Conferência Estadual das Cidades. Uma das  
382 resoluções aprovadas lá é de que o plano diretor converse, seja uma espécie de capítulo  
383 do plano diretor da cidade e o plano de saneamento. Porque não adianta a gente prever  
384 uma estação de tratamento de esgoto, não adianta prever um, porque tem que fazer  
385 alguma coisa com resíduo, se não botar no plano diretor onde é que isso vai ser feito.  
386 Porque outra coisa fácil é botar no município vizinho. Então, como é que está discussão do  
387 plano diretor de saneamento da cidade, que eu sei que está sendo discutido. Talvez até  
388 uma apresentação aqui para o nosso Conselho de Meio Ambiente. Porque teoricamente  
389 seria até uma das possibilidades de aprovação do plano. Eu particularmente tenho  
390 discutido isso, tenho feito algumas discussões no CONCEMA. Eu acho que o processo  
391 licenciatório no Brasil é que está furado, está completamente furado. Ele tem que licenciar  
392 planos, não obrinha por obrinha. No final a gente licencia um aterro de inertes, mas não  
393 sabe aonde que vai todo o resto do lixo, porque está licenciando aterro de inertes. Não tem  
394 o plano que deveria ele sim receber uma (...) e não apenas um aterro de inertes.

395 **Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU:** Boa tarde. Antes de responder a pergunta da  
396 colega do DMAE eu queria ponderar. Não ponderar na verdade, mas eu queria fazer uma  
397 fala falando sobre tudo que já foi dito. Até porque eu já tive duas oportunidades de falar ao  
398 Conselho sobre as questões que envolvem o encerramento da Central Serraria. Primeiro  
399 das coisas que estão acontecendo aqui: primeiro a fala do Eduino de propor a questão de  
400 ter locais espalhados na cidade. Eu queria dizer para o Eduino que esses locais já existem  
401 hoje espalhados. Eles não têm licença. Basicamente há muito resíduo nobre.

402 **Assistência:** (...).

403 **Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU:** Desculpe, eu não interrompi a sua fala  
404 conselheiro. Eu quero ponderar a fala. Existem muitos. Me questionam às vezes quando  
405 falam em reaproveitamento dos resíduos da construção civil. Então a primeira coisa que  
406 vem para o pessoal é calça. Quanto de calça tem? Aí quando eu mostro os números as  
407 pessoas se surpreendem. Tão pouca? É realmente pouca, porque ela fica no caminho,  
408 literalmente. A calça fica no caminho. Ela pára realmente, acha um terreno baixo, o  
409 pessoal pega três, quatro cargas aqui; três, quatro cargas ali, a prefeitura, a gente, aqui a  
410 pouco não consegue nem ver. Porque o caminhão entra pelo fundo do terreno e aterriza.  
411 Então essas áreas existem. O resíduo que a gente recebe hoje nos aterros, principalmente  
412 são dos empreendedores formais. Então, primeiro as empresas grandes e algumas  
413 empresas que estão tentando se ajustar. A gente fala mal das caçambas. Vou dizer: tem

414 um pessoal que quer, está tentando, procura, quer cumprir. Eles estão querendo trabalhar  
415 e esses que querem a gente tenta ajudar. De fato, em todas as exposições que a gente fez  
416 aqui sobre a Central Serraria, a gente se manifestou primeiro em relação a uma  
417 necessidade que se tem primeiro para obras públicas. Não é na verdade uma obra para um  
418 empreendedor privado. Mas é uma necessidade de obras públicas então aí que se  
419 manifesta pelo DEP. Eu falei um pouco pelo DMAE, falei um pouco pelo DEP. Um pouco  
420 pela necessidade do DMLU em manter a cidade limpa. Esse que vai para o fundo do  
421 terreno, esse resíduo a gente não vê, acaba ficando lá. Mas alguma parte dele vai para a  
422 rua. A gente recolhe. Eu de fato pondero: o DMLU continuará fazendo isso sem a Serraria?  
423 Vai se recolher na Zona Sul e mandar para a Zona Norte. Porque hoje faz a mesma coisa:  
424 recolhe na Zona Norte e manda para a Zona Sul. Essa é uma demanda da cidade.  
425 Infelizmente hoje as emissões desses veículos, a gente não enxerga, mas acontecem e é  
426 uma necessidade da gestão. Essas áreas bem distantes ao sul, da Serraria, isso para o  
427 DMLU é um problema nosso de gestão a gente sabe que ter essas áreas não corresponde,  
428 a saber, que elas vão receber os resíduos; porque elas são muito distantes. É uma lógica  
429 perversa, mas é uma lógica do negócio. A verdade é essa. O resíduo não vai... O DMLU  
430 como órgão público, por exemplo, o Campani quando se manifestou em aterro: sim, ele faz,  
431 ele distribui a conta para toda a cidade, ou seja, pega o resíduo lá do transbordo e manda  
432 lá para Minas do Leão. Esse resíduo percorre 113 quilômetros, 113 quilômetros esse  
433 resíduo percorre. O DMLU em 2004 fez um EIA/RIMA para licenciar um novo aterro  
434 sanitário em Porto Alegre; fez um estudo locacional como dever ser, uma área na região  
435 leste, protocolou esse estudo na FEPAM. Para evitar que se tenham essas emissões, a  
436 cada quatro dias essas carretas que circulam até o aterro rodam 40 mil quilômetros. Eu  
437 queria dizer para os senhores: 40 mil quilômetros; são 12 mil quilômetros por dia, 13 mil  
438 quilômetros por dia rodados de carreta, levando resíduos sólidos para o aterro sanitário.  
439 Então é uma volta na terra a cada quatro dias que esse resíduo dá, para ser destinado num  
440 local licenciado e que está longe. Quando se fala em procurar, porque já se fez isso, já se  
441 protocolou: não há manifestação. A FEPAM não se manifestou. Essa mesma morosidade  
442 que o Gilson fala que a prefeitura não fez para tentar promover o licenciamento da Central  
443 Serraria também não houve do órgão ambiental para se manifestar com relação ao aterro  
444 em Porto Alegre. Porque esse assunto é polêmico Gilson. Assim como é polêmico também  
445 nós pensarmos em fazer lá na Central Serraria um aterro numa área que, bom, puxa é um  
446 banhado. Talvez seja. Ou é um banhado. Eu não sei. Um técnico diz, outro não. Eu como  
447 conselheiro desse COMAM, me toca principalmente o fato que isso está escrito em  
448 pareceres. Eu pelo menos me sentiria, Gilson, particularmente sempre pensando como  
449 conselheiro e não como diretor da divisão de destino final do DMLU. Se eu pudesse dizer  
450 não para esse licenciamento da Serraria, com um estudo que tivesse sido lido, aceito e  
451 feito com boas bases. Isso não aconteceu ainda. Tu leste estes estudos, eu gostei da  
452 análise séria que tu fizeste deste processo de licenciamento. Eu estou me estendendo mais  
453 do que eu deveria. Mas eu acho que aqui vale se manter o coração aberto para falar as  
454 coisas como a gente entende e como as vê. O Gilson fez um relato abrindo mais o que eu  
455 tinha exposto na primeira apresentação que eu fiz do histórico. É aquilo mesmo Gilson. Se  
456 tentou licenciar, se fez o estudo. O estudo não foi aceito. Houve recalcitrância do DMLU em  
457 aceitar a não aceitação do estudo. Se tentou, quando tu falou que levou um ano mudou o  
458 governo, nós tivemos uma reunião lá na Secretaria de Gestão, antes do DMLU pedir outro  
459 termo de referência, foi feita uma reunião com o Supervisor do Meio Ambiente da SMAM na  
460 época que era o Valter lá na Gestão. Se ponderou a questão dos problemas técnicos que  
461 aquele estudo tinha e se achou por bem que se deveria fazer um outro estudo, e se fazer a  
462 despesa. Estava mostrando aqui que eu tenho a ata da reunião com a promotora, que eu  
463 tenho processo até dessa reunião. Havendo tantos problemas na área, vamos fazer um  
464 estudo bom. Vamos fazer um estudo que vai ter um custo e se fez um TAC para fazer isso.  
465 E que garantia que esse estudo fosse feito. O que aconteceu é que se parou o  
466 licenciamento naquela reunião do COMAM. Sem que esse estudo fosse feito e na realidade  
467 hoje se tem uma área que tem que parar de operar porque nenhum estudo foi feito. Com

468 relação ao que a nossa colega do DMAE fala, questão de aumentar ou não a cota do  
469 terreno. Vale lembrar para todos que o primeiro aterro que se fez ali; se fez alguns estudos  
470 de suporte do solo que tem que ser refeitos para uma cota maior. Então a questão primeira  
471 de que esta massa de resíduos tem um peso, ela modifica a situação da drenagem natural  
472 das águas subterrâneas que existem. Tem outras questões que estão envolvidas que tem  
473 que ser estudadas no nível ambiental. Tem que ser feita sondagem de solo, analisar fluxo  
474 de lençol freático e outras questões que não me dão possibilidade de dizer sim ou não  
475 agora em quais implicações vai aumentar a cota local. E por último, eu queria dizer para o  
476 conselheiro Campani que a nossa divisão, o DMLU tem um grupo reunido fazendo  
477 realmente o plano diretor de resíduos sólidos. Uma nova tentativa. Esse grupo está ativo,  
478 nós estamos terminando um termo de referência, basicamente para fazer um diagnóstico  
479 da situação dos resíduos sólidos de Porto Alegre em âmbito geral. Esse grupo se reúne  
480 semanalmente. Esse diagnóstico está quase no fim, nós estamos realizando agora um  
481 seminário para apresentação desse termo de referência para todos os órgãos da prefeitura.  
482 Nós fizemos no ano passado um seminário. Primeiro para discutir o termo de referência do  
483 plano. A gente vai fazer, esse assunto está em andamento e a nossa perspectiva  
484 realmente é de ter um plano diretor de resíduos sólidos da cidade. Contemplando de fato  
485 questões de planejamento que não existem, talvez, formalizadas. Esse plano, a ideia é que  
486 se formalize esse plano. Vão ter áreas no sistema compreendendo todos os resíduos. Se  
487 vai se citar quem é responsável por fiscalização de resíduos que não competem ao  
488 município também e tudo o mais. Teremos esse plano, conselheiro Campani. Muito  
489 obrigado.

490 **Nelson Fontoura, da PUCRS:** Eu estava aguardando hoje na verdade que o debate  
491 envolvesse uma apresentação da SMAM da eventual viabilidade técnica de se prorrogar o  
492 processo de utilização do aterro. Mas nós recebemos um documento. O documento aqui no  
493 item 6.2 é a última página, o último parágrafo, ele diz o seguinte: considerando que a área  
494 do aterro já foi ampliada por força do TAC em caráter emergencial e que a área  
495 remanescente apresenta restrições ambientais já elencadas, não recomendamos a  
496 ampliação do aterro. Isso aqui é um parecer de 21 de janeiro de 2010, não está assinado  
497 aqui, mas a princípio é um parecer aqui da SMAM. No entanto, mediante inexistência  
498 alternativa locacional para o momento e diante da iminência de encerramento das  
499 atividades, consideradas as implicações já relatadas pelo DMLU, se a decisão do governo  
500 for pela ampliação da área do aterro, esta poderá ser avaliada tecnicamente. Desde que  
501 seja apresentado um diagnóstico ambiental da gleba, especialmente quanto à vegetação e  
502 ecossistemas associados, bem como identificação dos aspectos legais dos impactos  
503 decorrentes da ampliação e proposição de medidas mitigadoras e compensatórias. Na  
504 verdade essa eu entendo que é a posição da SMAM, quer dizer, tecnicamente, no  
505 momento, sem informações adicionais, a SMAM é contrária à continuação da utilização do  
506 aterro. Eu como não conheço o processo na íntegra, não tive condições de avaliá-lo  
507 tecnicamente o que eu posso fazer é acatar a posição da própria SMAM e também a  
508 posição do conselheiro Gilson que avaliou o processo nessa semana.

509 **José Furtado, da SMAM:** Eu gostaria de fazer alguns comentários. Primeiro, o conselheiro  
510 Gilson fez uma colocação, que conseguiu os processos. Na verdade, eu autorizei pela  
511 Supervisão de Meio Ambiente a cópia completa dos três ou quatro volumes, cinco volumes  
512 para tu pudesses ter o acesso a todos os dados. A questão desse parecer, conselheiro  
513 Néson da PUC, ele foi solicitado pela Supervisão do Meio Ambiente em janeiro na tentativa  
514 de se ter um posicionamento por parte da CAN – Coordenação do Ambiente Natural – para  
515 a possibilidade de fazer o que nós fizemos juntamente com o DMLU, num posicionamento  
516 de prefeitura, não especificamente de SMAM e sim de prefeitura. Concordo com o parecer  
517 do conselheiro Gilson, foi interessante, mas é a situação de prefeitura. Hoje nós temos um  
518 problema. Realmente, no passado ficou capenga, botar assim, na questão das  
519 complementações dos estudos. Que naquele último momento, quando houve o parecer  
520 que está aqui, nós temos um parecer da SMAM, que está no processo, completo de todos  
521 os quesitos que não foram atendidos. E realmente, não foram atendidos naquela época “n”

522 quesitos e criou-se a partir daí a necessidade de uma complementação desses estudos.  
523 Foi solicitado, foi solicitado. Modificações de governo, situações “n” de prefeitura – que nós  
524 sabemos como é que funciona – foi atrasando, atrasando e surgiu então a questão do  
525 próprio COMAM que solicitou aquele aumento de 2,75 hectares, lembra? E foi então com o  
526 Ministério Público um TAC em que se fechava a questão da não continuidade do aterro  
527 Serraria II. Então nesse sentido não se fez mais os estudos porque já se sabia que iria  
528 fechar na data tal. Bom, não é justificativa. Mas parou-se todo esse procedimento. E de  
529 fato: há necessidade, não é só a utilização de um aterro, qualquer que seja ele. Há  
530 necessidade de fazer uma recomposição ambiental. Não adianta só ter o aterro. Tem que  
531 ter um estudo e tem que ter uma compensação e uma mitigação. Isso é normal do ponto de  
532 vista ambiental. E que não ocorreram ao longo dos anos. Há uma necessidade, eu não vejo  
533 assim como o conselheiro colocou: uma pressão. Eu não vejo como pressão. Tanto é que  
534 nós botamos no COMAM, foi uma solicitação do Secretário de colocar no COMAM essa  
535 questão toda. Por quê? Porque tem que ser socializado, tem que ser discutido. É nesse  
536 sentido que foi, não é uma pressão. Há uma questão de prazos, eu acho importante que se  
537 faça essa análise, é nesse sentido. Então eu gostaria de deixar claro que como a  
538 Secretaria do Meio Ambiente, esse parecer aqui da CAN é um parecer da questão  
539 basicamente do ambiente natural. Tudo bem, o senhor coloca, senhor conselheiro Nélon,  
540 de que a SMAM é contrária. Do ponto de vista ambiental até sim. Mas com a possibilidade,  
541 por isso que veio a este COMAM, se for, se é interesse da prefeitura, do município de Porto  
542 Alegre, diante do atual quadro, a necessidade de se ter soluções, poderia com uma política  
543 de governo, colou-se aqui no COMAM, para justamente ver essa discussão. Sim. Tem que  
544 ter o quê? Estudos? Tem que ter estudos conclusivos, que tragam respostas e opções que  
545 possam fazer uma recuperação ambiental. Eu pessoalmente, estou falando como opinião,  
546 pessoalmente, eu acho complicado a gente pulverizar áreas pela cidade, meu ponto de  
547 vista pessoal. Não estou falando nem como supervisor. Estou falando como biólogo. De  
548 nós colocarmos em vários lugares da cidade. Se tiver uma proposta realmente de  
549 reutilização de subprodutos, até é interessante. Agora, nós impactarmos “n” lugares de  
550 Porto Alegre, de um que já está impactado e que com a possibilidade de se recompor a  
551 área dentro dessa estrutura, eu acho interessante. Já tem um lugar que existe, que está  
552 sendo utilizado há anos, na tentativa de se lá permanecer e se recompor a área. Do que  
553 fazer em várias. Isso eu estou falando como biólogo, não a parte de meio ambiente. Então  
554 só essa intervenção que eu gostaria de ter feito.

555 **Nélon Fontoura, da PUCRS:** Eu particularmente também sou muito favorável a  
556 concentração de qualquer tipo de efeito deletério à natureza. Eu acho mais fácil administrar  
557 quando, digamos assim, os impactos estão centralizados. Eu também prefiro que  
558 pulverizar. A questão eu acho, que nós temos, é uma questão de legalidade mesmo, nós  
559 demos um prazo, esse prazo está encerrado. O processo de licenciamento não foi  
560 concluído, a posição do documento; o documento que tem aí, não recomenda a utilização.  
561 Ele recomenda que poderia ser eventualmente utilizado como posição de governo, ser  
562 realizado os estudos, etcetera e tal. Existem na região de Porto Alegre locais onde o  
563 resíduo pode ser colocado emergencialmente. Há um custo maior, há o inconveniente de  
564 aumento de tráfego pela cidade de Porto Alegre, que são os aterros da Zona Norte que  
565 estão licenciados e operando. Então eu imagino que do ponto de vista emergencial e para  
566 se manter dentro da legalidade, o que se poderia fazer é passar a utilizar esses aterros da  
567 Zona Norte e numa força-tarefa, tentar licenciar – se possível – o aterro da Zona Sul, mas  
568 enquanto não conseguirmos, que ele fique parado, sem novas deposições de resíduos.

569 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Em primeiro lugar eu quero respeitar a opinião  
570 de todos aqui, que eu acho que é isso que a gente tem que fazer. Inclusive a do  
571 engenheiro Arceu. Eu continuo dizendo que esse resíduo causa muito menos impacto se  
572 botar em vários pontos e não num ponto único. O ponto único, ele serve muito bem, é  
573 cômodo para a prefeitura, porque bota todo seu equipamento, sua estrutura num lugar só.  
574 Mas ambientalmente é comprovado isso mundialmente que aonde se localiza em pontos  
575 menores o impacto é menor, ambiental. Isso aí está comprovado, não sou eu que estou

576 dizendo. Outro detalhe: o que está se falando aqui, o que está se propondo aqui não é o  
577 que aconteceu lá na Serraria de botar resíduo tóxico junto o resíduo de banhado. É essa a  
578 questão que está se comentando. Pode se fazer pequenos locais de botar esses resíduos,  
579 mas não botar resíduo tóxico misturado. Pneus, como foi comprovado lá. Eu estive lá, não  
580 foi só o Gilson que comprovou isso aí. O chorume totalmente envenenado de materiais  
581 tóxicos. Então aí é outra história. E bota-fora, a prefeitura tem em vários pontos. Mas essa  
582 é outra história também. Nós não podemos misturar as coisas. Então eu continuo dizendo  
583 que podem ser feitos, sim, pequenos pontos. Não se fala em pulverizado, localizados.  
584 Causa menos impacto ambiental, sim. Continuo defendendo essa posição.

585 **Valdir Flores, do DMAE:** Eu acho que já foi colocada aqui uma série de opiniões e  
586 posições, todas elas corretas, mas como também já foi dito aqui, nós temos uma realidade.  
587 A realidade que são as obras que estão em execução com volumes de movimentação de  
588 resíduos sólidos de uma monta muito grande. Estas obras têm, são obras com  
589 financiamento, são obras com prazos, são obras com compromissos assumidos com  
590 comunidades, são obras assumidas com compromissos de governo, são obras que tem  
591 prazos definidos, inclusive sob pena de juros, sob penas de não cumprimento de outras  
592 determinações legais. Então falando pelo DMAE, especialmente dessa questão das obras  
593 do programa sócio-ambiental, nós queremos lembrar, foi dito aqui que talvez depois se leve  
594 para a Zona Norte e se vá buscar o licenciamento. Eu só lembro aqui que nós no DMAE,  
595 para obter o licenciamento de um interceptor da Restinga até a atual área da ETE Ipanema,  
596 nós esperamos três anos para esse licenciamento. Esse licenciamento ocorreu em  
597 diversas etapas, sendo que praticamente quase concluído numa etapa, ele foi mudado  
598 posteriormente e só nesta questão o DMAE teve um aumento de custo da ordem de  
599 praticamente quatro milhões de reais, especificamente nesta obra. Nós temos hoje obras  
600 que são os emissários grandes. Nós temos obras de estações de bombeamento da ordem  
601 de 3 mil litros por segundo. Quer dizer, não é uma obra pequenininha. Não são  
602 movimentações pequenas. Nós temos uma ETE que vai tratar quatro metros cúbicos por  
603 segundo de esgoto. Eu acho que o resultado disso aí para o meio ambiente deverá ser e  
604 isto os estudos, isso não é imaginação, existem estudos do modelo matemático que o  
605 DMAE possui do lago. O DMAE tem uma série histórica de dados que foram coletados ao  
606 longo de, no mínimo, os últimos 40 anos e que fazem parte do acervo, da divisão de  
607 pesquisas do DMAE, estes resultados vêm sendo testados e acompanhados ao longo de  
608 todas essas décadas e agora ensaiando, fazendo o ensaio do efluente que nós teremos  
609 destas coletas de esgotos, que equivalem a 50% praticamente dos esgotos produzidos na  
610 cidade de Porto Alegre. Nós vamos ter praticamente uma condição de balneabilidade de  
611 toda a margem esquerda do Lago Guaíba. E isso aí é um anseio da comunidade. Isso aí  
612 representa melhoria ambiental das condições de vida das pessoas que estão nesses  
613 locais. Eu falei já na reunião passada aqui. Nós estamos coletando 300 litros de esgoto por  
614 segundo, da Restinga e da Ponta Grossa. Quem já esteve na Ponta Grossa deve ter visto e  
615 na Restinga, em muitos locais, que quando chove, não é resíduo qualquer, é simplesmente  
616 dejetos humanos entrando na porta da casa das pessoas. É criança pulando em cima de  
617 dejetos ainda sequer deteriorado, que fica, quando baixa a água, depositado em cima dos  
618 pavimentos das casas. É esse esgoto que nós queremos coletar. É esse esgoto que nós  
619 queremos tratar. Mas nós temos que fazer obra para isso. Não se faz isso sem obras. E  
620 essas obras implicam em resíduos e nós hoje estamos lá com a ETE Serraria com ordem  
621 de início desde o mês de janeiro, aguardando licenciamentos para que a gente possa saber  
622 o que vai fazer com esses resíduos. Porque são simplesmente 150 mil metros cúbicos de  
623 aterro que vai ser movimentado. Então eu até; houve uma sugestão, desculpe, não me  
624 lembro qual foi o conselheiro, no sentido de talvez se buscar então, separar esse lixo  
625 inoportuno. Acho que foi o conselheiro que falou, tipo pneus, resíduos hospitalares, que  
626 são em monta muitíssimo menor, talvez separá-los e proibi-los de ser utilizados no aterro  
627 da Serraria. Não sei se o DMLU teria essa condição de fazer essa seleção.

628 **Assistência: (...)**

629 **Valdir Flores, do DMAE:** Tudo bem. Foi mostrado aqui. O Gilson mostrou na reunião  
630 passada que havia resíduos à vista, inclusive.

631 **Assistência: (...)**

632 **Valdir Flores, do DMAE:** Tudo bem. Eu não sei. Eu não tenho essa informação do tempo  
633 atual. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: porque esses resíduos de obras não têm todo  
634 esse impacto, do que nós estamos falando, porque praticamente é o próprio solo local. O  
635 solo que vai ser depositado, que vai ser retirado da ETE Serraria, é exatamente o solo das  
636 mesmas características do solo natural. Uma questão que foi colocada aqui, como  
637 sugestão no sentido de licenciar essa área que seria a área da antiga ETE Serraria,  
638 quando era projetada como lagoa, que era em torno de 300 hectares. A gente cai  
639 novamente na mesma situação: licenciar. Quanto tempo deveremos aguardar? Nós temos  
640 na cidade de Porto Alegre hoje, pelo menos, dois grandes projetos que estão com prazo  
641 definido, que é o programa sócio-ambiental e as obras para a Copa do Mundo de 2014.  
642 Quer dizer, nós não podemos aguardar indefinidamente. E a gente sabe, eu acho que até é  
643 uma acuidade legal, pertinente, necessária, tecnicamente recomendável, de que esses  
644 licenciamentos procurem abordar todos os aspectos que envolvem. Só que infelizmente,  
645 para a realidade de hoje, nós aguardarmos todos esses estudos, até porque como foi dito  
646 aqui pelo conselheiro Campani, nós não temos definido, escrito e determinado, um plano  
647 de saneamento pronto para essa questão. Quer dizer, até isso nós teríamos que agilizar.  
648 Um plano, um planejamento de resíduos, para depois, a partir daí talvez, se ter as diretrizes  
649 que seriam utilizadas nesse licenciamento. Então essa situação que eu gostaria de colocar  
650 para os senhores que o nosso problema, não é um problema para o ano que vem, o nosso  
651 problema é de amanhã. Nós estamos com as obras, três obras aguardando: que destino  
652 daremos para os resíduos? Levá-los para a Zona Norte, como disse o outro conselheiro?  
653 Eu gostaria que fosse avaliada a condição de como é que esse transporte se dará. O  
654 número de caminhões que teriam que ser deslocados até o aterro da Zona Norte. O  
655 impacto que isso aí dará no trânsito. O impacto inclusive de ruído que dará para a cidade.  
656 Porque caminhões normalmente, no caso terão que ser utilizadas carretas de grande porte.  
657 Porque ninguém vai levar numa carretinha com quatro ou cinco metros cúbicos, vão ter que  
658 ser carretas de grande porte. Isso aí implica numa série de restrições na mobilidade urbana  
659 da cidade. Teremos os efluentes desses equipamentos, no escapamento de gases, de gás  
660 carbônico, para a natureza, de um período, como está no relatório. Em torno de três horas  
661 por carga com caminhão funcionando, distribuindo resíduo pela cidade toda. Então todas  
662 essas questões têm que ser pesadas e comparadas. O que realmente nós vamos ter de  
663 impacto por uma solução ou por outra. Por isso eu gostaria de solicitar que a gente  
664 avaliasse, vamos dizer assim, de uma forma amena, sem muita emoção, porque eu acho  
665 que hoje, a nossa condição real hoje, pelo menos para essas obras que contém resíduos  
666 que não são tão impactantes como outros, que seja liberado pelo menos para esse tipo de  
667 obra, para que se possa ter um destino para os aterros. Era isso.

668 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Eu ao longo desta tarde passada, nós estamos já, no meu  
669 entendimento, já externamos tudo que poderíamos. Não há mais situações a se externar.  
670 Eu quero colocar que a SMAM, ao longo de toda a sua existência e principalmente depois  
671 do advento do licenciamento de 98/99, os técnicos sempre se preocuparam de todas as  
672 obras que necessitassem de aterro – que muitas e muitas obras necessitam, não só  
673 exportam volumes de terra excedente – de tentar fazer um tipo de um cronograma,  
674 estabelecer uma rotina de informar quem precisasse de terra, quem precisasse de caliça  
675 para aterrar. Não é fácil isso porque nem todas as obras têm licenciamento num  
676 determinado momento e nem todo mundo que precisa vai naquele mesmo momento, vai  
677 poder depositar. Mas essa seria uma proposição do CRBIO de tentar, talvez, estabelecer  
678 uma nova possibilidade, olhando os licenciamentos, principalmente na equipe de solo,  
679 onde se apontasse necessidade de recebimento, junto com o SINDUSCOM talvez, em  
680 questão de construtoras. Hoje eu faço isso muito, mas estou do lado de fora, nem sempre é  
681 fácil. Mas eu tento conseguir esses ajustes de depósito então. E isso também vem;  
682 conselheiro Eduino, a situação que o senhor manifesta, existe já na cidade pequenos locais

683 bota-fora licenciados. Claro que os licenciamentos são sempre demorados. Normalmente,  
684 porque depende desde a titularidade da área, muitas vezes essas áreas de antigas  
685 explorações minerais não têm um único dono. Já tem 10 herdeiros, nem sempre querem.  
686 Então isso também onera o tempo. E a outra proposição seria então, de estabelecer, eu  
687 reitero: o re-olhar do licenciamento ou fechar, encerrar o licenciamento que está em aberto  
688 e que se lance talvez uma proposição aqui. Realmente o COMAM está votando por não  
689 fazer mais nada na Serraria mesmo, talvez o conselheiro Arceu ainda pudesse acolher a  
690 manifestação da conselheira Maria da Graça do que ainda há de vida, de fôlego, ainda  
691 poderia acolher de inertes, ou ainda num sobre-sobre-aterro, não sei. Estou só tentando  
692 fazer uma costura final porque eu acho que nós vamos entrar numa repetição. Obrigada.

693 **Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU:** Se eu puder me manifestar. Eu primeiro me  
694 manifesto dizendo que o DMLU quando recebeu. Primeiro, com relação àquela decisão do  
695 COMAM, o veto, ele foi referendado pela prefeitura, foi uma decisão de governo levar o  
696 termo de compromisso, o termo de ajustamento, compromisso de ajustamento de conduta  
697 do Ministério Público. Foi decisão do governo, acolher a decisão do COMAM na época, em  
698 2008. Eu particularmente me posicionei contrário na época, em nível de governo. A SMAM  
699 pode licenciar, porque em tese, isso já naquela época eu via com esses olhos. O COMAM  
700 poderia se manifestar sobre esse processo em grau de recurso. A SMAM não havia se  
701 manifestado sequer sobre esse licenciamento dessa área. Não havia manifestação. Então  
702 houve uma aceitação desse licenciamento, foi uma posição de governo. De lá para cá o  
703 DMLU trabalhou por outras áreas. O DMLU não tem trabalhado por essas áreas. Por  
704 exemplo: uma das áreas que a gente tem visto, não se colocou aqui, são as áreas das  
705 pedreiras, ali na Lomba do Pinheiro. O empreendedor até topa fazer ali o aterro. Mas ele  
706 quer emendar uma cava na outra. É outro assunto polêmico. Então todo mundo tem moeda  
707 de troca. Então ali é outro caso polêmico igual. Se cai aqui no COMAM, como é que fica?  
708 Eu vou emendar a cava da antiga pedreira, com a pedreira que está em exploração ainda?  
709 Nem se trouxe esse assunto para discussão aqui no COMAM. Mas de fato se perguntar  
710 para o DMLU se ele tem interesse? Tem interesse em processar resíduos também naquele  
711 local. Em todas as áreas que tiver; desde que haja viabilidade ambiental de fazê-lo. O  
712 DMLU nunca se colocou contrário a fazer estudos, tem tentado fazê-lo na medida do  
713 possível, que o orçamento da legislação permita que se faça. O que ocorreu nesses três  
714 meses, é primeiro um aperto das demandas, das necessidades de destinação de resíduos  
715 públicos. A questão do que eu tenho falado aqui, é verdade, a gente lá na Serraria, do  
716 ponto de vista de toda documentação legal que nós temos e que eu posso então citar, que  
717 é a área que nós temos autorização para operar, são os 2,75 hectares e apenas essa área  
718 tem autorização para operar com os resíduos. Ela está com seu prazo de vida útil, bem  
719 dizer, para ser encerrado, é isso, acho que termina esse prazo de vida útil. A gente trabalha  
720 com a estimativa, tem trabalhado com a estimativa de 30 de abril. Encerrado esses dias.  
721 No DMLU também, não é só o DMAE que não vai ter local para botar resíduo. O DMLU  
722 também não tem local para por esse tipo de resíduo. Nós vamos ter que trafegar com  
723 caminhão. Hoje as alternativas são os aterros da Zona Norte mesmo. E outra coisa que  
724 tem que ser dita é do ponto de vista do interesse público nosso. Primeiro: um licenciamento  
725 demanda tempo, todo mundo que licencia empreendimento sabe disso. Que a viabilidade  
726 de empreendimento para ser licenciado depende muito da vida útil, quer dizer que ele dá,  
727 por exemplo, eu não toparia hoje um licenciamento de um ano para licenciar uma área que  
728 eu vou operar por outro ano. Essa é questão. Eu preciso ter uma área, a minha tendência  
729 técnica hoje, de fato, independente do que o COMAM faça hoje. Nós estamos nos  
730 movendo para encontrar áreas, sim, para reaproveitamento de resíduos. Não é área para  
731 aterro, basicamente são próprios municipais. Eu inclusive entendo, eu não sou favorável,  
732 eu tenho que dizer, por exemplo: que lá na Serraria se reaproveite resíduos do ponto de  
733 vista geral. Porque a gente sabe que uma das variáveis que importa quando você  
734 reaproveita é que o material tenha o preço de venda. E uma das variáveis do preço de  
735 venda é o transporte. Esse processamento tem que ser feito no local onde as pessoas  
736 possam ir buscar e ele seja barato e acessível. Então a gente tem que pensar nisso. Essas

737 unidades, quando tiver, de reaproveitamento; você vai lá a Belo Horizonte, você vai ver tem  
738 Unidade na Pampulha, que é bem dizer numa área urbanizada, no Centro, porque é onde  
739 está o local onde se utiliza. Então nós vamos partir para isso. A questão da Serraria não se  
740 parte de uma hora para outra, essa é a primeira coisa. Está fazendo porque tem uma  
741 demanda de município e de fato não se tem hoje uma alternativa. Nem mesmo lá naquela  
742 área, que não necessite ser estudada. Do ponto de vista, mesmo hoje se o COMAM  
743 decidisse, pois; que a SMAM possa continuar aceitando estudos naquela área, eu não  
744 entendo que a SMAM não vá aceitar isso sem pedir do DMLU estudos. Eu acho esses 2,75  
745 hectares que foram utilizados, eles foram também utilizados mediante estudos. O DMLU  
746 fez o laudo de fauna, o laudo de flora, sondagem de águas subterrâneas, perfurou  
747 sondagem de solo também para se ver se tinha capacidade de suporte. Esses estudos  
748 devem estar no processo. O Gilson viu, deve tê-los encontrado. Essa autorização. A SMAM  
749 não fez isso do nada, inclusive foi calculado compensações ambientais e essas  
750 compensações estão sendo; o DMLU paga; mediante troca em prestação de serviços para  
751 a SMAM; que têm feito sistematicamente. Então quando se fala, e isso é importante, a  
752 questão de ser precário ou não precário, o que se quer dizer é o prazo para você dar uma  
753 LO, envolve fazer uma EIA-RIMA, fazer um RIA. O colega Valdir Flores disse: é um estudo  
754 que leva dois anos. Pediram-se aqueles 2,75 hectares, que era o tempo que se entendia de  
755 dois anos para licenciar ou não a Central Serraria. Hoje nós poderíamos estar com esse  
756 assunto resolvido aqui, não se estaria mais discutindo, se não se vetasse a continuidade do  
757 licenciamento. Se analisou os estudos, é um banhado e não teve como fazer aterro. Esses  
758 estudos poderiam estar prontos hoje. Essa reunião não estaria acontecendo. Mas a gente  
759 simplesmente fez um parecer, se decidiu e a prefeitura aceitou não dar continuidade ao  
760 licenciamento, que não é da competência nossa, aqui do COMAM se manifestar sobre um  
761 licenciamento ambiental que não tinha manifestação do próprio órgão ambiental sobre o  
762 assunto. Muito obrigado.

763 **Professor Garcia, da SMAM:** Durante a fala do DMAE quem quiser mais se inscrever,  
764 porque senão nós vamos começar a fazer a terceira, a quarta, a quinta e não vamos sair.  
765 Então quem quiser se manifestar, Simone tu anotas para a gente poder depois dar  
766 andamento. Obrigado.

767 **Paulo Alves, do DMAE:** É pouca coisa, faz anos que a gente trabalha nessa área de  
768 resíduos sólidos, então depois de um tempo no DMLU, depois de quatro anos a gente  
769 retorna ao DMAE e se depara com a questão dos resíduos sólidos. Assim, na prática eu  
770 acho que o município não está parado em relação a isso. O grupo de técnicos sempre se  
771 reúne para a gente fazer essa discussão. Por outro lado é o seguinte: nós últimos anos  
772 essa demanda e a dinâmica da cidade, ela nos atropela nessa questão de resíduos sólidos.  
773 Assim: o que nós inviabiliza é que nós não tenhamos um grupo, força-tarefa em que se  
774 solucione algumas coisas, mas assim, é bem claro que essas coisas que o Campani fala  
775 tem uma cidade, a cidade cresce e tal, precisa de investimentos, ele nos choca, de vez em  
776 quando isso vem e nós temos que resolver, nós temos que ser invocados (...). Por  
777 exemplo: toda essa questão, essa quantidade que o Valdir fala não necessariamente vai ir  
778 para o aterro, não necessariamente. A gente nesse (...), a gente pode achar a solução. Eu  
779 acho e eu faço o meu apelo ao COMAM mesmo sem entrarmos nessa discussão se é a  
780 instância que vai definir ou vai sugerir ou qualquer coisa do gênero, que sugira soluções  
781 mais flexíveis. Nós não podemos parar de ter uma área (...) para depositar. (...) os resíduos  
782 estão no meio das ruas. Então se as pessoas não dão alternativas, aí se vê, no caso do  
783 DMAE, (...), se o poder público ou os técnicos responsáveis não dão soluções, as pessoas  
784 arrumam um jeito de fazer. Se gerencia por crise, a cidade não é fácil. Eu acho que têm  
785 problemas, está na hora de se reconhecer problemas, nós temos problemas, nós temos  
786 que resolver questões (...). Tanto é que nós não levamos lá para (...)

787 **Assistência: (...)**

788 **Paulo Alves, do DMAE:** Resolução. Isso não é uma decisão fácil (...). Imagine o custo  
789 que seria. Se nos disserem assim e eu acho que, novamente voltando a soluções mais  
790 flexíveis. O que seria o impacto nesse trânsito que nos deparamos que houve um



791 crescimento enorme da circulação de carros. Ontem eu vinha vindo com a minha esposa e  
792 a gente vê que cada um tem o seu carro particular. Vocês imaginam o impacto disso aí  
793 com caminhões e caminhões circulando pela cidade (...). Eu acho que a cidade não  
794 suporta. Eu acho que nós podemos aqui tomar as decisões, as pessoas podem votar, olha  
795 eu sou contra não sei o que e fecha amanhã. Fechado, e aí o que vai acontecer? Então  
796 assim, (...) eu acho que nós estamos numa situação, num período crítico (...) eu acho que  
797 nós temos coisas para resolver nesse íterim. Nós temos que fazer forças-tarefas, eu  
798 defendo que a gente volte a se reunir que a gente volte a se reunir todos, por isso que nós  
799 temos um documento da prefeitura, tentando manter isso aí e fazer um apelo: muita calma  
800 nessa hora. Eu concluo aqui.

801 **Hilton Reimann, da FIERGS:** Meu nome é Hilton e eu estou aqui pela FIERGS,  
802 Particularmente sou do SINDUSCOM, eu queria desde já me dizer gratificado por estar  
803 participando de um Conselho tão qualificado, como percebido até agora aqui; minha  
804 modesta contribuição no conhecimento que eu tenho da coisa assim, do resíduo sólido da  
805 construção. É pouca a minha participação até hoje. Mas eu queria dizer para o Felipe:  
806 Felipe, construção civil quase todos nós fazemos. Mesmo de forma amadora eu acredito  
807 que todos nós já temos uma experiência, nós fazemos uma reforma no nosso apartamento,  
808 na nossa casa. Às vezes a gente destina corretamente o entulho. Nas outras vezes, na  
809 grande maioria das vezes, as pessoas botam no caminhão do lixo e nós pagamos esses 40  
810 mil quilômetros de cada três dias de caminhão rodando. Que é uma insensatez que nós  
811 estamos fazendo com o mundo. Esse mundo ali de Charqueadas ou São Jerônimo é  
812 nosso, é o nosso mundo também. Então assim: essa demora na solução, ela é um custo  
813 para todos, sem nenhum benefício para ninguém. Se nós formos insensatos hoje, de dizer:  
814 nós vamos fechar isso aí, esse resíduo ele vai ir para tudo e qualquer canto, como era  
815 antes. Porque há alguns anos atrás, no meu começo na construção civil a trinta e poucos  
816 anos, não tinha um lugar para depositar, se depositava em todo e qualquer lugar. Eu acho  
817 que está disciplinado e nós temos que ter essas opções. Eu gosto da proposta do Eduino  
818 de nós acharmos lugar na Zona Leste, que é uma região que vai crescer muito nos  
819 próximos anos, que tenha também essa alternativa. Mas nós não podemos deixar a Zona  
820 Sul sem uma alternativa de depositar. O depósito que vai para lá, ele é parte da construção  
821 civil organizada. Parte da construção civil que não tem uma organização, que se faz de  
822 forma irregular. Eu queria dizer assim, de números que nós temos da construção civil em  
823 Porto Alegre. Porto Alegre, a urbanização da cidade ela se faz 90% de forma irregular. É  
824 aquele fracionamento que acontece no terreno, as pessoas vão ali, fazem aquele picote da  
825 área maior, vai construindo. A construção civil também, ela é 50% não feita por empresas,  
826 é feita por pessoas físicas, que são também geradoras desse lixo, desse resíduo. Se nós  
827 não dermos oportunidade para elas, elas vão largar na esquina. Não tem como fiscalizar  
828 isso aí. A construção irregular, a urbanização irregular particularmente é só dentro da  
829 prefeitura, é só a SMAM que se envolve nessa fiscalização. Nenhuma outra secretaria tem  
830 ninguém com essa atribuição dentro das secretarias. Se pedir água o DMAE vai lá e  
831 instala. Se pedir luz a CEEE vai lá e instala. E a cidade vai se fazendo dessa forma. Então  
832 o meu apelo é para uma sensibilidade que se faça uma força-tarefa. O SINDUSCOM está à  
833 disposição para participar disso. Nós queremos contribuir com isso. Nós temos uma  
834 comissão de meio ambiente dentro do sindicato, que está preocupada com esse tema e eu  
835 ponho ela desde já à disposição para participar dessa força-tarefa se assim o Conselho  
836 entender que é uma boa solução. Muito obrigado.

837 **Emerson Correa e Silva, da UAMPA:** Eu ouvi atentamente sobre o quanto é difícil se  
838 achar uma solução, ainda mais com poucos dias para resolver. E que realmente a gente  
839 sabe que tem obras como o PISA; como as obras para a Copa do Mundo. Como a parte de  
840 habitação que está desenvolvendo para a Zona Sul, que hoje cresce muito lá para a Zona  
841 Sul. E que realmente, foi apresentado na reunião passada dois projetos muito bons, que é  
842 a questão de aproveitamento dos materiais, dos resíduos. Mas mediante o tempo, a cidade  
843 não para, os problemas vêm. A Zona Norte já tem problema. Tanto o Centro quanto Zona  
844 Norte e a própria Zona Sul já está afogado o trânsito. Realmente, se a gente for ver; hoje a

845 gente tem horários de pico, que fica insuportável tu dirigir hoje em Porto Alegre. E tende a  
846 piorar. O que a gente vai fazer para isso? O que podemos fazer para isso? Claro que o que  
847 a gente está cobrando aqui é apenas assim: tudo bem, a gente vai. Vamos continuar?  
848 Vamos continuar. Mas quem é que está? A SMAM nos permite? Quanto tempo mais tem  
849 de vida útil para esse; os técnicos apontam: pode ser mais de seis meses. Ou pode ser  
850 mais duas semanas. A gente precisa saber disso. Se os técnicos dão essa base para nós,  
851 então tá. Então nós temos seis meses ainda de vida útil. Não vamos parar a cidade por  
852 causa disso. E aí nós nos colocamos à disposição também, de fazer parte dessa força-  
853 tarefa, até porque a UAMPA representa todas as associações e as comunidades de Porto  
854 Alegre. E a gente tem interesse, sim, que esses resíduos, como tu disseste: a gente dentro  
855 dos bairros e das vilas, a gente faz muita obra mesmo. Está toda hora reformando. E muita  
856 vez coloca num saco de lixo e põe lá para o caminhão de lixo recolher. Porque às vezes  
857 falta muita informação de onde a pessoa poderia colocar aquele resíduo. Então ele acaba  
858 misturando com os resíduos no próprio lixo doméstico. O que é errado. Então a UAMPA se  
859 coloca à disposição dessa força-tarefa para ajudar. Acho que a cidade realmente não pode  
860 parar, vem num crescimento muito grande. Nós temos a questão Copa do Mundo, que vai  
861 mostrar Porto Alegre para o mundo. E nós temos que estar preparados para isso. Eu acho  
862 que nós temos que avançar, e quando eu digo avançar, o Ministério Público está junto, a  
863 sociedade organizada está junto. Eu acho que nós todos temos que participar, nos  
864 empenhar e tentar desburocratizar um pouco. Está levando dois anos, vamos tentar reduzir  
865 esse tempo. A gente se coloca à disposição e parceria. Era só isso.

866 **Felipe Vargas, do Ingá:** Eu gostaria de ser mais objetivo e finalizar a posição do Ingá. Eu  
867 acredito que inúmeras questões foram apresentadas dão conta de dois pontos. Que é a  
868 necessidade de demanda do aterro e a ilegalidade deste mesmo aterro hoje existente. O  
869 que eu acho que está bem claro pelo menos aqui para todos, é que ninguém aqui é contra  
870 aterros, já que hoje é a solução legalmente prevista e é a que melhor encontramos. As  
871 posições contrárias manifestadas aqui ou de oposição, são deste aterro em especial, pelas  
872 questões peculiares a ele. O que eu acho muito bem colocada a posição do Nelson, eu  
873 compartilho da ideia que ele manifestou, da proposta que ele fez. Eu acho que se a gente  
874 não tomar uma atitude de vanguarda, a gente vai continuar cometendo os mesmos erros  
875 do passado, que inclusive todos aqui concordam que são preocupantes, como  
876 congestionamento, como excesso de entulho, como excesso de construção, aí vai. Então a  
877 posição é de que infelizmente não tem como prorrogar a utilização da área, acatando como  
878 proposta o que o Nelson disse. Muito obrigado.

879 **Darci Campani, da UFRGS:** Na prática eu estava inscrito antes ainda, para dialogar com  
880 conselheiro Eduino. Para quem vive na academia, a gente convive com a constante certeza  
881 de que existem no mínimo dois ou três lados para cada certeza. Para que essa questão de  
882 que o pequeno é comprovadamente menos poluente, nós podemos achar facilmente várias  
883 teses, vários doutores que já desenvolveram seus trabalhos, dizendo que o que concentra  
884 é menos poluente. Então o conhecimento, ele ainda é muito tênue, da humanidade sobre a  
885 questão técnica, para a gente ter tanta certeza e dizer que uma coisa é certa. Eu posso me  
886 filiar a uma determinada escola. Aí sim, aí eu estou me filiando a uma determinada escola  
887 que defende determinadas ideias e vou defender essas ideias. Mas a dúvida ela sempre  
888 existe, por mais que eu me filie. Eu tenho um grande amigo, um colega meu de gestão  
889 ambiental da UFRGS, professor Miguel Sattler que se filia exatamente à ideia do pequeno,  
890 dos tratamentos localizados; que eu já vi estudos dele, que ele faz e que comprovam que  
891 teria vantagens, mas já vi estudos também dizendo da dificuldade da operação e de que  
892 não exatamente na prática aplicado para a espécie humana, acabam dando benefícios. E  
893 tem estudos que comprovam que a concentração também às vezes, por mais que seja  
894 preocupante, mas ela é gerencialmente mais viável. Então só deixar essa dúvida, para não  
895 ficar na ata que existe só uma verdade. A cidade de Porto Alegre, só lembrando, na época  
896 da construção da Terceira Perimetral produziu 1.000 toneladas durante uns quatro ou cinco  
897 meses por dia, de resíduos da construção civil. Só por causa da Terceira Perimetral. Uma  
898 única obra, 1.000 toneladas por dia, ou seja, mais do que o dobro do que era a média na

899 época. E realmente, eu acho que o que nos leva a esse debate aqui é a dificuldade; que eu  
900 tenho uma crítica muito grande à nossa legislação brasileira na parte de licenciamento. Em  
901 relação ao que o engenheiro Valdir falou, para mim um empreendimento que tem impacto  
902 positivo, não precisaria passar por todo o licenciamento, porque ele atrasa o impacto  
903 positivo. O aterro da Zona Norte, quando foi se fazer o licenciamento, que era um lixão que  
904 estava lá há 20 anos operando, foi se fazer o licenciamento, se fez a LO direto. Porque tu  
905 não tens que avaliar aspecto locacional de uma coisa que já existe. Eu não sei se eu sou  
906 muito bitolado nas minhas ideias, na minha visão da questão jurídica, mas LP é locacional,  
907 onde é que tu vais colocar determinado empreendimento. O empreendimento já está lá. Eu  
908 acompanhei a audiência pública do licenciamento da PUCRS. Alguém vai questionar que a  
909 PUCRS tem que estar onde a PUCRS está? Alguém vai propor: tirem toda a PUCRS?  
910 Porque a LP determina que aqui não pode ter uma PUCRS. Então nós perdemos tempo e  
911 nós estamos perdendo tempo, gastando dinheiro para fazer uma LP para dizer que; para  
912 fazer uma EIA/RIMA para dizer que a PUCRS tem que ficar onde a PUCRS está. A mesma  
913 coisa, na época, felizmente se ganhou o tempo, em relação ao antigo lixão, atual já  
914 fechado aterro da Zona Norte, onde se foi direto para LO, não tem que fazer LP de uma  
915 coisa que já existe. LP é locacional. Então acho que a gente tem que rever um pouco e aí  
916 infelizmente, é lógico que aqui a gente está na cadeia lá embaixo, cadeia trófica a gente  
917 está lá na última, no fim de linha, nós somos as bactérias. Lá em cima, essa legislação tem  
918 que trocar em Brasília não aqui; na minha avaliação Porto Alegre ao radicalizar em  
919 algumas coisas, prejudicou a legislação ambiental. Trouxe mais entrave para que a cidade  
920 pudesse ser pensada ambientalmente e não que ela pudesse ser pensada mais  
921 globalmente, enquanto uma cidade. Às vezes, a gente acha que botando amarras a gente  
922 vai facilitar e a gente não facilita. A gente leva com que uma licença ambiental de uma  
923 estação de tratamento de esgoto que vai tirar milhões de litros de esgoto do nosso rio, leve  
924 três anos para ser dada. Não é por má vontade, não é por determinação do governo que  
925 estava a fim de emperrar, não. É porque a legislação nos leva a isso. Hoje objetivamente a  
926 legislação ambiental não conversa com a 8.666, elas nunca se encontraram na vida. E  
927 quem tem que aplicar as duas sabe o quanto é impossível aplicar as duas ao mesmo  
928 tempo. E aí acho que a cidade perde. A cidade está perdendo. Acho que tem que dar uma  
929 boa discutida nessa questão para poder. Para votar eu tenho uma dificuldade só de saber  
930 quais são as duas propostas. Uma eu vi aqui expressa.

931 (...)

932 **Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU:** (...). Tava desligado, desculpe. É que tinha ficado  
933 no ar a questão da operação da Serraria e eu passei para a Simone algumas fotos atuais  
934 da Central Serraria da operação, apenas para fazer um contraponto às imagens que foram  
935 mostradas. Então como está essa área hoje operando. Muito obrigado.

936 (...)

937 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eu só quero reforçar uma questão aqui que o  
938 Hilton falou, sobre a questão da expansão da cidade, que todo mundo comentou aqui; a  
939 cidade está expandindo para o lado leste, ela não pode expandir para o lado oeste porque  
940 tem água. O Hilton está correto, SINDUSCOM tem levantamento disso, está expandindo o  
941 leste, sul, norte. É para lá, é por isso que a gente está propondo que esses resíduos sejam  
942 colocados para o lado de lá. O impacto é menor, têm menos nascentes. O impacto  
943 ambiental é menor e a cidade está se expandindo para lá. Só queria complementar isso.

944 **Lívia Zimmermann, da ONG UPV:** Só a colocação assim: seja qual for a decisão, seja  
945 qual for o local escolhido, continuação ou não, que junto a ele seja feito esse projeto, algum  
946 projeto de reutilização desses tijolos, porque se não nós vamos ter que procurar cada vez  
947 mais áreas, áreas se simplesmente se jogar o entulho. Então que junto a esse novo  
948 licenciamento já se implemente um projeto de reutilização da área. Lembrando também  
949 que hoje dia 22 de abril é o Dia da Terra.

950 **Professor Garcia, da SMAM:** Obrigado. Primeiramente em relação à sua última fala, isso  
951 aí já ficou, na última reunião já teve apresentação e está previsto, acho que o próprio  
952 Eduino no início da fala colocou que na próxima semana dia 29 vai ser a apresentação.

953 Esse eu acho que é um passo que nós temos a seguir de como aproveitar essas  
954 oportunidades de cooperativas na reutilização desses resíduos. Acho que é uma matéria  
955 vai ser desenvolvida pelo próprio Conselho. Nós não podemos sair daqui hoje com essa  
956 decisão, porque isso, agora eu acho que vale o lembrete e é por isso que eu estou dizendo  
957 que isso é algo que a gente vai perseguir. Eu acho que todo mundo pelo menos ouviu  
958 atentamente todas as falas, as diversas posições e eu quero só fazer algum relato em  
959 relação a estes impasses. Primeiro: quando a SMAM coloca as suas dificuldades ela  
960 remete para o próprio governo e ao mesmo tempo também das exigências que o faz para  
961 ficar. Conversando com o doutor (...) inclusive ele dizia: Pô Garcia isso aqui é de 2001,  
962 2004, nós estamos em 2010 e continua o impasse. E um impasse imediato, ou seja, na  
963 próxima semana ele para e para onde é que nós vamos colocar? Essa é uma situação. E  
964 tendo oportunidade de continuar, de que forma essa continuidade? Qual o prazo? Não  
965 temos um prazo também. Por quê? Implica em estudos. Então eu quero encaminhar de  
966 uma forma, não sei se será o melhor encaminhamento e aí nós podemos fazer uma  
967 discussão. Primeiro: em relação àquilo que tinha sido proposto, ou seja, a revogação do  
968 veto, da continuidade do Licenciamento Ambiental do Projeto Serraria para a oportunidade  
969 de reutilização daquele local, sem estabelecer prazos. Sem estabelecer prazo, porque não  
970 se sabe o prazo. Ato contínuo, eu vou dissecar as ideias, ato contínuo, aí sim, aí teria um  
971 prazo. 30, 60 ou 90, nós poderíamos estabelecer, para que viesse, apresentado pelo  
972 governo, quando eu digo governo, todas as secretarias: a questão do estudo desta área,  
973 do que está sendo proposto. Terceira proposta: que se crie um grupo, uma força-tarefa,  
974 que busquem a continuidade de novos locais de possibilidades na cidade. Então são três  
975 propostas que estão sendo apresentadas. Primeira a revogação do veto, para que possa  
976 então continuar, ou seja, não se extingue no dia 30. Segundo: e a segunda depende da  
977 primeira, nós poderíamos ver se é 30, 60 ou 90 para que venha a comissão do governo e  
978 apresente qual o estudo. E por isso que eu digo: com força-tarefa nesse aspecto por quê?  
979 O licenciamento demora "x" tempo e isso vai ter que ser olhado de uma forma diferente.  
980 Todas as Secretarias tendo um olhar local para que possamos agilizar. E a terceira é a  
981 criação do grupo para que se busquem novas alternativas na Zona Sul ou Zona Leste, foi  
982 onde apareceu nessa situação aqui. Não sei se alguém não conseguiu entender alguma  
983 dessas propostas, para nós podermos votar uma por uma.

984 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Secretário, não é esta a proposta do DMLU.

985 **Professor Garcia, da SMAM:** Eu sei. É que a proposta do DMLU na última, já tinham; por  
986 exemplo, aqui: fornecimento de autorização precária de ampliação. Foi onde deu uma  
987 discussão. Então o que tem? A não ser que alguém tenha como quantificar a questão  
988 temporal aqui. Pois não? Por gentileza.

989 **Cid Silveira Soares, do M.J.D.H.:** Numa primeira etapa, o que o senhor propôs, seria  
990 revogado o veto.

991 **Professor Garcia, da SMAM:** É a deliberação (...) à revogação. Que na realidade implica,  
992 está vinculado, ou seja...

993 **Cid Silveira Soares, do M.J.D.H.:** Tudo bem, aí está tranquilo.

994 **Professor Garcia, da SMAM:** (...).

995 **Cid Silveira Soares, do M.J.D.H.:** A partir daí, aprovado isso nós íamos dar um prazo: 30,  
996 60 ou 90 dias para que a prefeitura se manifestasse. E se não houver essa manifestação?  
997 Continua revogado o veto? Volta o veto? Tem que dar uma solução para isso. Porque é  
998 uma possibilidade dos 90 dias não ter e aí está revogado e fica revogado *ad eternum*.

999 **Professor Garcia, da SMAM:** Isso aí.

1000 **Cid Silveira Soares, do M.J.D.H.:** Então acho que nesse ponto a gente tem que dar uma  
1001 clareada.

1002 **Professor Garcia, da SMAM:** Tá certo.

1003 **Darci Campani, da UFRGS:** Só uma dúvida: porque tem uma licença, um TAC para 2,7  
1004 hectares para uma determinada cota. Se tiver essa licença ambiental que estava vinculada  
1005 a uma data de encerramento, tirada a data. Continuamos os 2.75 e a cota. Não sei se isso

1006 resolveria a situação imediatamente? Se o problema for só a data, eu acho que a licença  
1007 para 2,75 hectares e a determinada cota está dada.

1008 **Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU:** A data não está formalizada, conselheiro  
1009 Campani. Na verdade a data é estimativa em que se consiga chegar na cota de projeto e  
1010 na área que o projeto também delimita, os 2,75. É uma data estimativa de quando se chega  
1011 à conclusão do projeto, OK?

1012 **Magda Satt Ariolli, do CRBIO3:** Eu só gostaria de um esclarecimento, senhor presidente,  
1013 sobre qual a manifestação de cada órgão do governo, nesses 30, 60, 90 dias. Eu não  
1014 entendi isso só. Mas se os estudos dependem mais do DMLU apresentar atendimento a  
1015 alguns quesitos que ainda estão faltantes, eu não consigo entender.

1016 **Professor Garcia, da SMAM:** É que vai ter as diversas condicionantes e envolvem todas  
1017 as secretarias. Por exemplo, e tem além disso, nós precisamos; colocou por exemplo:  
1018 quais são; o que cada secretaria também vai trazer na questão do impacto. Então isso vai  
1019 merecer um estudo. É que na realidade tu ficares esperando, cada uma faça, então quer  
1020 dizer, na realidade vou transformar essa proposta, tipo uma CAUGE, que é hoje, ou seja,  
1021 essas secretarias se debruçam e tragam as diretrizes para cá. Claro, pois não.

1022 **Annelise Steigleder, do MP:** Como se discute muito TAC, acredito que talvez nem todos  
1023 tenham clareza sobre o que é este último TAC celebrado em 2008. Então eu queria apenas  
1024 chamar a atenção que a obrigação que hoje vincula o DMLU e o Município de Porto Alegre  
1025 como um todo com o Ministério Público é no sentido de encerrar o aterro Serraria,  
1026 conforme determinação da própria SMAM até o esgotamento da área de 2,75. Na  
1027 sequência o DMLU e o município solidariamente assumiram a obrigação de elaborar as  
1028 suas expensas e o plano e projeto de encerramento de recuperação de áreas degradadas.  
1029 Ou seja, agora quando se encerra a vida útil do aterro eles têm 30 dias para apresentar o  
1030 plano. Aliás, pedir à SMAM o termo de referência para elaboração desse plano. São  
1031 obrigações que continuam valendo. Eu gostaria de chamar a atenção disso. Então  
1032 independentemente do que os senhores discutem aqui, dentro da competência do  
1033 COMAM, esse termo de compromisso segue valendo e vai seguir valendo a partir do dia 30  
1034 de abril, enfim, a data em que o DMLU comunicar o encerramento da vida útil desse aterro.  
1035 Eu vinha conversando com o engenheiro Arceu, que existe uma cláusula que permite ao  
1036 DMLU, excepcionalmente, a operação de áreas de resíduos inertes em situações  
1037 excepcionais em que existirem riscos envolvidos, riscos para a saúde do meio ambiente,  
1038 enfim. Que autorizem a operação de outras áreas. Então eu estava conversando aqui  
1039 justamente se não seria este o caso. De tentar caracterizar uma situação de  
1040 excepcionalidade. Porque eu venho manifestando já há vários meses, enfim, desde que  
1041 esse assunto retornou em janeiro, e que se percebeu que não seria possível encerrar o  
1042 aterro, de que é imprescindível uma motivação técnica para arredar esses 2,75 hectares.  
1043 Porque me parece que este argumento de que não existe área, não existe área, do ponto  
1044 de vista da motivação do ato administrativo – e quem conhece um pouco de direito sabe  
1045 que não se pode dar ou negar um ato qualquer sem uma motivação – e a motivação com o  
1046 amparo de que não há outras áreas disponíveis não é uma motivação que justifique o  
1047 agravamento de impacto naquele local. Ainda mais se nós temos aqui nessa mesma  
1048 manifestação que nos foi alcançada hoje, da SMAM, como bem comentou o professor  
1049 Néelson, de que ali é uma área vulnerável, uma área que a própria SMAM exige um  
1050 diagnóstico. Então diante disso, o Ministério Público não tem condições simplesmente de  
1051 ignorar a vigência desse termo de compromisso da maneira como está. Então com o dever  
1052 de lealdade. É que eu propriamente estou na Promotoria do Meio Ambiente de Porto Alegre  
1053 há mais de seis anos, ou seja, situações ali permanecem, eu continuo, assim como o Arceu  
1054 e nós estamos há horas. É uma discussão muito séria essa, muito preocupante realmente.  
1055 Então nós temos realmente que insistir na elaboração deste diagnóstico, como foi sugerido  
1056 pela própria SMAM nesse parecer de janeiro. Então não é porque existe uma situação de  
1057 excepcionalidade que se vai arredar a exigência de diagnóstico. Então qualquer discussão  
1058 envolvendo esse TAC, ela pressupõe que o município faça o diagnóstico. Seja para elevar  
1059 cota, como mencionou o Arceu, que é possível fazer alguns estudos e eventualmente

1060 elevar cota. Seja para ampliar a área sobre os (...). Porque ali, diferentemente de outras  
1061 áreas na Zona Sul nós temos legislação inclusive federal que proíbe existir área de  
1062 preservação permanente, legislação estadual, área de banhado. Ou seja, é uma área que  
1063 do ponto de vista jurídico, têm restrições. Então para arredar essas restrições, precisa vir  
1064 uma decisão tecnicamente amparada. Sob pena de imunidade da decisão administrativa.  
1065 Seja uma autorização, seja uma licença, o que vocês quiserem. Mas do ponto de vista  
1066 jurídico isso é nulo. E para quem já vem lutando com esse assunto desde 2001, porque eu  
1067 preciso ser muito honesta com vocês aqui: se tiver que fechar esse aterro e mandar para a  
1068 Zona Norte e que isso pelo menos gere uma pressão sobre a prefeitura para que faça um  
1069 diagnóstico, este que está sendo mencionado; eu não vou ter problema nenhum de fazer  
1070 isso. Porque a gente já vem lutando com esse assunto desde 2001. Eu até não ia dizer  
1071 nada hoje. Mas me parece que esse TAC está sendo solenemente ignorado. E eu não  
1072 gostaria que isso acontecesse. Porque nós temos aqui um dever público de defesa do meio  
1073 ambiente. E nós vamos permanecer na Promotoria. Ou seja, o problema daqui a pouco vai  
1074 estar de novo sendo tratado. Já foram três termos de compromisso de ajustamento  
1075 assinados. Então eu não vou assinar outro termo de compromisso para a semana que vem.  
1076 Para prorrogar a vida útil mais 30 dias. Isso eu preciso dizer para vocês. Embora eu tenha  
1077 o máximo respeito pelo Monks, pelo professor Garcia que também pegou o bonde  
1078 andando, de certa forma, chegou na SMAM com o assunto já posto. Mas preciso dizer isso  
1079 para vocês. O Ministério Público não se propõe a assinar prorrogação de TAC da maneira  
1080 como está; só porque não acharam área na Zona Sul. Da maneira como está, sem um  
1081 estudo que me diga que pode elevar cota ou que pode ampliar para a lateral, nós não  
1082 vamos assinar termo de compromisso nenhum. Ou seja, se a prefeitura quiser autorizar a  
1083 ampliação, enfim. É uma decisão da administração, do poder executivo e nós não vamos  
1084 nos envolver nessa situação. Isso eu queria deixar bem claro. O Ministério Público vai  
1085 exigir a recuperação do passivo, plano de recuperação de área degradada. É essa a nossa  
1086 visão. Agora, como que vai ser feito, se vai ser por licença ou autorização, o Ministério  
1087 Público não vai – até ficou com essa impressão o conselheiro ali, o Gilson: o Ministério  
1088 Público licenciou via TAC. Esse não é o nosso papel. O nosso papel é promover a  
1089 responsabilidade civil, enfim, recuperação de passivos. Eu só queria fazer esse  
1090 esclarecimento, Secretário. O senhor me desculpe. Mas eu precisava realmente esclarecer,  
1091 situar, porque afinal de contas, existe esse termo de compromisso, que exige a  
1092 recuperação da área degradada. Então comungo da posição do conselheiro Néelson,  
1093 chamando a atenção, que existem os aterros da Zona Norte, felizmente, e que numa  
1094 situação emergencial eles podem ser utilizados.

1095 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** A promotora leu o meu pensamento.  
1096 Eu estava justamente com o TAC na mão aqui. E a reivindicação é exatamente isso.  
1097 Porque a legalidade de uma nova adição a TAC, sei lá, uma reformulação do TAC. Porque  
1098 pelo que eu li do TAC não tem uma cláusula que diz que ele pode ser novamente, como é  
1099 que eu posso dizer? Não seria prorrogado. Como ela disse: ele já sofreu; várias vezes  
1100 foram feita adição ao TAC e realmente o município de Porto Alegre assumiu solidariamente  
1101 a obrigação consistente que ia encerrar o aterro Serraria II, conforme determinação da  
1102 Secretaria Municipal do Meio Ambiente, até o esgotamento da área de 2,7 hectares na cota  
1103 seis. Então isso tem inclusive, como é que posso dizer? Tem as penalidades pelo não  
1104 cumprimento desses artigos que foram celebrados, desse contrato. Então eu queria saber  
1105 o seguinte: realmente o COMAM autorizou como última instância de recurso, na verdade a  
1106 SMAM entrou com recurso no COMAM, que é a última instância no município para resolver  
1107 questões pendentes. No caso, decidir sobre estas questões. Então a decisão do COMAM  
1108 foi essa. O Ministério Público no TAC menciona a decisão do COMAM. Eu até acho que  
1109 seria muito interessante que esse TAC fosse lido integralmente para todos terem  
1110 conhecimento.

1111 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Eu passei por email para todo o mundo, Gilson.

1112 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** Eu digo agora que a gente está  
1113 discutindo. Porque inclusive numa cláusula, a cláusula 5ª o Ministério Público se

1114 compromete a não entrar com nenhuma ação civil pública contra o município e contra o  
1115 DMLU enquanto estiver se vigorando esse prazo até o encerramento do aterro. Por isso  
1116 que eu acho que tem algumas questões jurídicas, umas questões legais que eu gostaria de  
1117 um esclarecimento. Se pode realmente ignorar esse TAC? Qual é a questão legal desse  
1118 TAC? Esse TAC pode ser reformulado ou realmente juridicamente tem que ser cumprido?  
1119 Porque o município assumiu junto com o DMLU. Não é uma coisa de departamento e  
1120 Secretaria. Foi o município que assumiu, a Procuradoria Geral do Município assinou junto,  
1121 os procuradores todos estavam presentes. Então eu acho que realmente a questão é essa.  
1122 A questão jurídica. Até onde pode continuar a validade deste TAC? Exatamente, a questão  
1123 jurídica.

1124 **Annelise Steigleder, do MP:** Olha Gilson, na verdade, essa proposta da prefeitura na  
1125 época dos 2,75 hectares foi uma manifestação da prefeitura. O Ministério Público em  
1126 momento nenhum impôs limite quanto à operação desse aterro. Porque no TAC anterior, o  
1127 que o município tinha que fazer era um estudo de impacto ambiental, para então se fazer o  
1128 licenciamento regular e remediar o lixão que no passado, enfim, contaminava. Então o TAC  
1129 trabalhava com o conceito de que seria licenciada a área e recuperado o local onde havia  
1130 deposição de lixo doméstico. Era essa a nossa ideia. Aí o que aconteceu? A SMAM  
1131 submeteu ao COMAM e vetaram a continuidade do licenciamento e vieram com a proposta  
1132 ao Ministério Público: nós não vamos mais operar esse aterro. A nossa ideia é encerrar o  
1133 aterro, nós vamos agora fazer a recuperação da área. Isso é ótimo. Desde que recuperem  
1134 o passivo. Foi exatamente o que eu exigi. Então fizemos o TAC de remediação da área,  
1135 solução do passivo, plano de recuperação. E nesse meio tempo o DMLU, dentro da gestão  
1136 pública de resíduos inertes da cidade iria ir buscar outras áreas, enfim, o Ministério Público  
1137 não se envolve nisso, porque esse é o mérito da administração. Isso é política de governo.  
1138 Mas agora existe uma situação nova. Existe a intenção de continuar colocando sobre um  
1139 aterro em que a própria SMAM se manifesta tecnicamente no sentido de que não dá. Ou  
1140 seja, do ponto de vista jurídico, quem conhece licenciamento ambiental sabe, existe um  
1141 espaço de apreciação técnica dentro do licenciamento. As opiniões, as manifestações não  
1142 são políticas, são técnicas, elas têm que ter amparo técnico. Então para que se diga que  
1143 agora é possível ampliar a vida útil, seja cota, seja para as laterais, eu preciso de uma  
1144 manifestação técnica. Se vier essa manifestação técnica, os estudos que o Arceu  
1145 comentou, que eu até não saberia dizer quais. Arceu me ajuda: a elevação de cotas, tu  
1146 dissesses ali, estudos de resistência, enfim, do lençol, enfim. Ou estudos que permitam  
1147 tecnicamente avançar para as laterais. Esses estudos, desde que tecnicamente  
1148 amparados, eles podem acarretar a alteração do TAC. Porque esse veto surgiu da  
1149 secretaria, enfim, sabe-se lá amparado em que tipo de manifestação técnica. Eu não tive  
1150 acesso, não houve uma divulgação para o Ministério Público. Por que 2,75? Foi uma  
1151 decisão da secretaria, da prefeitura na época. Então se fizerem o diagnóstico, que inclusive  
1152 é a manifestação do corpo técnico da própria SMAM, nessa última folha que o professor  
1153 Nélon inclusive leu para a gente, nós temos possibilidade de alterar o TAC. Porque o TAC  
1154 é uma espécie de contrato, onde ele deve prever condições para manter a segurança do  
1155 empreendimento, correção de passivos. Então se aquele lugar tem condições de suportar o  
1156 impacto e vier manifestação técnica nesse sentido, nós podemos construir uma solução  
1157 nesse sentido. Agora, sem nenhuma manifestação técnica nós não temos como prorrogar.  
1158 Porque o TAC também é um ato administrativo. Ele também tem essa natureza pública.  
1159 Porque ele versa sobre interesses que são indisponíveis, meio ambiente é um interesse  
1160 indisponível da sociedade. Então a gente não pode arredar o interesse ambiental com base  
1161 em oportunidade, conveniência do administrador. É preciso que tenha uma motivação  
1162 técnica que diga: é possível elevar a cota por isso, isso e isso. Então é possível sim alterar  
1163 o TAC. Mas isso só vai ser feito se sobrevier uma manifestação técnica que pode ser da  
1164 própria SMAM. Mas desde que a SMAM nos diga: avaliando o pedido do DMLU no sentido  
1165 de ampliação da cota ou no sentido de utilizar área contígua, entendemos que é possível  
1166 mediante tais e tais compensações, mitigações, enfim. Desde que isso seja tecnicamente  
1167 justificado, podemos alterar o TAC. Mas sem nada ,assim, no grito, eu não vou fazer isso.

1168 Pelo contrário. A nossa tendência aqui é no dia 30 de abril, quando o DMLU nos requereu  
1169 que esgotou a vida útil, é querer saber: ok, e agora o plano de recuperação? Como é que  
1170 vamos encaminhar isso? É o cumprimento do TAC. Não sei se esclareci.

1171 **Professor Garcia, da SMAM:** Eu acho que é importante o esclarecimento. A questão da  
1172 SMAM, eu acho que nós temos que rever a memória, ela não tem nenhum novo estudo,  
1173 porque naquela época houve a questão do veto e a concordância da SMAM, que foi  
1174 encaminhada através do TAC e é isso que está se propondo. Ou seja, dar a possibilidade  
1175 que a SMAM possa fazer um estudo ambiental. Pelo que foi da época, ele estacionou. A  
1176 posição é a mesma, porque não foi feito nenhum novo estudo. E é isso que se quer; que se  
1177 faça um estudo. E aí por isso que nós colocamos essa questão temporal, para depois  
1178 então poder saber. Não se sabe hoje. O que estava posto em 2008, leia-se 2010, em  
1179 função do veto que ficou vinculado à questão do COMAM. Por gentileza.

1180 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Na verdade me preocupa muito essa questão do trânsito de  
1181 caminhões pesados em Porto Alegre, eu gostaria de fazer todo o possível para evitá-lo.  
1182 Mas também eu não vejo alternativa, digamos assim, do ponto de vista legal, de continuar  
1183 operando, porque já foi posto inclusive pela procuradora. Mas eu gostaria de salientar que  
1184 preocupado com a questão de todo movimento de terra que vai ser feito no PISA, que  
1185 dentro do programa, digamos assim, de recuperação do passivo desse aterro, poderia se  
1186 programar o recobrimento do aterro com uma camada significativa de solo, que fosse  
1187 retirado lá da região onde está sendo construído ou serão construídos os tanques de  
1188 tratamento de efluentes e que já reduziria bastante, de forma significativa o volume a ser  
1189 disposto em outras áreas. Se é que seria necessário. Já que são 10 hectares de área  
1190 recoberta pelo aterro hoje, seria só uma complementação.

1191 (...)

1192 **Adelino Lopes, DMLU:** Primeiro, evidentemente nós não podemos desconhecer o TAC,  
1193 nem passou pela nossa cabeça isso. Tanto é que já tínhamos fixado a data de  
1194 encerramento baseada naquela nossa estimativa. Também cogitamos de limitar um pouco  
1195 para ver se a gente conseguia ganhar no tempo o que se conseguisse reduzir em volume.  
1196 E quero lembrar que também se pensar em aumentar a cota, a cota também faz parte do  
1197 TAC, portanto também é compromisso nosso. A limitação é a mesma. Nós não podemos  
1198 exceder nem na área e nem na cota, os dois fazem parte do TAC. E aí eu quero te dizer,  
1199 realmente dá para ver que não é fácil a posição do DMLU. Há pouco se disse: é muito fácil.  
1200 Não, não é fácil não. Isso aqui é parte da discussão. Outra parte da discussão é na Câmara  
1201 de Vereadores, outra na imprensa, outra são nas associações que nós temos percorrido.  
1202 Nós atendemos os caçambeiros, os construtores. Então não é uma posição cômoda do  
1203 DMLU, absolutamente não é cômoda. E decidir em cima da perna também não é cômodo,  
1204 aliás, é menos cômodo. É mais ou menos o mesmo sentimento que nós tivemos quando  
1205 tivemos que concordar com aquela ideia de não mais se tentar o licenciamento. Eu não sei  
1206 se seria possível ou não, mas tentar era uma iniciativa que nós achávamos conveniente.  
1207 Até porque tínhamos ideia de que conseguir outras áreas que fosse melhores ou menos  
1208 impactantes do que essa era difícil. Nós temos limitação de volume, temos limitação de  
1209 espaço, temos limitação de logística, porque determinados lugares não resolvem mais do  
1210 que a Zona Sul. Eu quero lembrar para os senhores o seguinte: nós temos feito avaliação  
1211 do que custa para o DMLU hoje remeter isso para Minas do Leão. Só um calculozinho fácil  
1212 de quem convive com isso todo dia: uma caçamba de cinco toneladas largadas no fim da  
1213 rua, ela pode ficar em Porto Alegre. Se alguém largar uma carroça de lixo orgânico, eu  
1214 condeno tudo. Isso tudo tem que ir para Minas do Leão. Então é importante, sim, ter essa  
1215 visão, nós estamos trabalhando em favor de alguma coisa que na soma é benéfico. O que  
1216 o DMAE vai colocar; o que tem necessidade de dispor, nós não estamos falando aqui de  
1217 um empreendimento imobiliário com fins lucrativos. Nós estamos trabalhando – e essa é a  
1218 ideia – de não se fechar a porta para estudar e sempre estudar qualquer hipótese. Porque  
1219 o benefício disso é infinitamente maior do que o que nós estamos discutindo aqui. Claro  
1220 que não se pode abstrair isso, mas nós não vamos conseguir uma cidade que não tenha  
1221 resíduo e que não vá causar algum impacto. O que nós temos que tentar fazer é minimizar



1222 isso e conseguir um lugar em que esse impacto seja o menor possível e que continuemos  
1223 trabalhando para que se tenham novas soluções. Obviamente continuar tendo só aterro e  
1224 apenas aterro não é a solução. Obrigado.

1225 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Eu vou passar a palavra ao conselheiro Hilton da  
1226 FIERGS e depois ao Gilson, Filipe?

1227 **Professor Garcia, da SMAM:** Só vou perguntar: mais alguém? Se não sempre aparece  
1228 mais um. Então ficaram os três.

1229 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** E encerramos.

1230 **Professor Garcia, da SMAM:** Encerramos, para poder votar.

1231 **Hilton Reimann, da FIERGS:** O meu apelo é na busca de uma solução melhor para todos.  
1232 Talvez a nossa posição hoje é, desculpem a palavra: mas é um pouco de birra. Pelo  
1233 descaso talvez com que o poder público vem tratado deste assunto ao longo do tempo.  
1234 Não quero culpar ninguém que está aqui em particular. Mas esse ônus todos nós vamos  
1235 pagar. Se nós tivermos que deslocar caminhões da Zona Sul para a Zona Norte todos nós  
1236 que pagamos por isso. Como todos nós que pagamos pelo lixo que vai para Minas do  
1237 Leão, Minas do Butiá, não sei aonde. Todos nós pagamos por isso. Nós temos que achar  
1238 uma solução para cá. Talvez essa não seja a melhor solução. Mas nós temos que procurar  
1239 ficar com o lixo, como nós temos que procurar ficar com o presidiário da nossa cidade na  
1240 nossa cidade. A parada de ônibus, não querê-la tão longe da nossa casa. A antena do  
1241 celular, todas essas coisas são, nós temos que pensar a cidade e o mundo como um todo.  
1242 Ele é nosso. Então, nesse sentido, de novo um apelo e até porque diz no parecer da  
1243 CAN/SMAM: que, no entanto, mediante inexistência de alternativa locacional para o  
1244 momento; e diante da iminência de encerramento das atividades, consideradas as  
1245 implicações já relatadas pelo DMLU. Se a decisão do governo for pela ampliação da área  
1246 do aterro, esta poderá ser avaliada tecnicamente. Então existe a possibilidade. Eu acho  
1247 que o que nós estamos procurando hoje é botar prazo para o poder público para trazer  
1248 essa solução e aí também assim: o que o Cid disse, de nós botarmos prazos sequenciais,  
1249 digamos assim, um limite para que aconteça e de que não acontecendo às diversas  
1250 etapas, se volte para fazer avaliação aqui, tendo caducado o que for decidido aqui hoje, se  
1251 pela prorrogação. Obrigado.

1252 **Felipe Vargas, do Ingá:** Eu só queria então que ficasse registrada, além das três  
1253 propostas do professor Garcia disse, a quarta proposta, que foi debatida aqui, de não  
1254 revogação do veto, condicionante a apresentação dos estudos mencionados no TAC pela  
1255 procuradora, até a possibilidade de ampliação da área ou o surgimento de uma nova área.  
1256 Muito obrigado.

1257 **Professor Garcia, da SMAM:** É que a quarta proposta, ela praticamente confronta com a  
1258 primeira. Então não existe. É sim ou não. Pensa bem: se tu manter o veto, seria a quarta  
1259 proposta. Derrubando o veto; porque na realidade assim: tem até uma discussão do  
1260 professor Ayup da UFRGS. Ele disse, ele até não entende por que passar, não precisaria  
1261 passar pelo COMAM. Mas é que ao que ficou acordado em 2008 não vou ser eu que vou  
1262 desacordar agora. E eu respeito muito. E é o que eu digo: jogo qualquer jogo  
1263 estabelecendo as regras. Então não sendo aprovado, fica como está tudo. Que daí não  
1264 depende de nós. Daí o DMLU vai informar o Ministério Público: o aterro encerrou e vai  
1265 apresentar. Podemos derrubar o veto? O que vai ser? Aí tu vais fazer um estudo, questão  
1266 da análise ambiental. Aí entra a segunda proposta aquela. Vai ser 90 dias para apresentar  
1267 aqui? E junto com essa que vai a terceira que é uma comissão, que o governo vai decidir  
1268 quem e vai trazer para esse conselho os históricos do que estão estudando em termos de  
1269 novas áreas. Não sei se tu te sentes contemplado? Já sei o teu voto então. Eu só vou  
1270 pedir: somente os conselheiros. Os demais não votam. Somente os conselheiros. Então  
1271 aqueles conselheiros que entendem que são favoráveis à revogação do veto, para que a  
1272 Secretaria Municipal do Meio Ambiente possa dar continuidade à questão do licenciamento  
1273 ambiental daquela área. Aqueles que são favoráveis, por gentileza manifestem-se: 9.  
1274 Contrários: 3. Abstenção: 3. Justificativa de voto. Tudo bem.

1275 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** Eu quero justificar a minha  
1276 abstenção. Porque na verdade, pelo que foi dito pela promotora de justiça, quando vencer  
1277 os trinta dias o Ministério Público vai pedir o cancelamento da área. Então nós não temos o  
1278 poder para interferir no TAC que já foi assinado pelo Ministério Público. Essa é questão. A  
1279 gente está votando uma coisa que legalmente não vai ter um fundamento.

1280 **Professor Garcia, da SMAM:** É posição indicativa, não tem problema, cada um dá a sua.  
1281 A segunda é questão do tempo. Nós levantamos 30, 60; eu vou propor então que nós  
1282 começamos com 90 dias. Tem alguém que tem outra proposta fora dos 90 dias? 90 dias  
1283 para vir aqui o estudo da prefeitura, a missão vai ser primeiro da SMAM, que agora ela vai  
1284 ter autorização para fazer. Furtado 90 dias é um tempo? Diretrizes, diretrizes. Fala  
1285 Campani.

1286 **Darci Campani, da UFRGS:** Eu acho que o volume que vai entrar de resíduos está  
1287 determinado pelo TAC. Nós não autorizamos mexer no volume. Então, ou seja, chegado o  
1288 dia que em que aquele volume for concluído, o aterro está com a porta fechada. O prazo  
1289 para o estudo é a pressa da própria prefeitura. Quanto antes ela apresentar o estudo,  
1290 quanto antes vierem as informações, quanto antes se tiver isso, melhor para o DMLU.  
1291 Enquanto não se tiverem essas informações...

1292 **Professor Garcia, da SMAM:** A proposta é não votar isso?

1293 **Darci Campani, da UFRGS:** É não ter prazo no sentido que a gente tem garantido pelo  
1294 Ministério Público e pelo DMLU, que no dia que fechou os 2,75 e a cota, a porteira vai ser  
1295 fechada. Não vai ser feito nada contra o TAC.

1296 **Professor Garcia da SMAM:** Mediante a colocação do conselheiro, eu pergunto se todos  
1297 concordam com a manifestação? Quem tem dúvida? Porque não saiam daqui com dúvida.  
1298 Então tá. Agora a terceira. Se todos concordam. E aí também vai ter uma decisão do  
1299 governo, que seja apresentado. Aí nós podemos botar um prazo de 90 dias. Daqui a 90  
1300 dias um estudo por parte da Secretarias possíveis novas áreas a serem criadas. Pois não.

1301 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Pelo que eu vejo 90 dias eu acho que é um  
1302 prazo muito longo, eu optaria por 60 dias. Porque a prefeitura está com a corda no  
1303 pescoço. Mas não me parece tanto assim. Eu acho que 60 dias seria um prazo suficiente  
1304 para encontrar novas áreas. A cidade não é tão grande assim.

1305 **Professor Garcia da SMAM:** Alguém tem alguma posição diferente? Então vamos propor  
1306 60 dias. Os conselheiros que são favoráveis a 60 dias por gentileza se manifestem-se.  
1307 Favoráveis: 4. Contrários. Abstenção: 1. Deu 5 votos? Eu vou conduzir de forma diferente.  
1308 Eu acho que não ficou bem clara a votação. Porque teve conselheiro que não votou. Aí não  
1309 votando não deu quórum. O conselheiro Eduino fez uma proposta que daqui a 60 dias o  
1310 governo traga para o Conselho posição de futuras novas áreas a serem escolhidas para  
1311 isso. Ao invés de 90. Então eu volto a perguntar e eu gostaria que todos votassem, nem  
1312 que seja abstenção. Se não der o número de 13, né Simone? Não deu quórum.

1313 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões do Lago Guaíba:** E aí a gente fica amarrado à  
1314 continuação do aterro?

1315 **Professor Garcia da SMAM:** Não, não. São coisas paralelas. É que isso aí demonstra que  
1316 o Conselho está preocupado com o andamento. Aqueles conselheiros que entendem que  
1317 esse prazo de 60 dias, para vir aqui para o Conselho é um prazo oportuno, por gentileza  
1318 manifestem-se, quem é favorável. 60 dias. Deu 8. Contrários: 6. Abstenção: 1. Fechou os  
1319 15. Caros conselheiros, muito obrigado. Até a próxima quinta-feira que nós temos uma  
1320 nova reunião.

1321 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Senhores conselheiros um momento, por favor.

1322 **José Furtado, da SMAM:** Conselheiro só um minutinho, por favor, para uma proposta da  
1323 conselheira Magda.

1324 **Magda Satt Ariolli, CRBIO3:** Senhores conselheiros eu peço uma atenção. Se nós  
1325 pudéssemos transferir a reunião da próxima semana, que nós já havíamos nos reunido há  
1326 três semanas seguidas. Se a gente pudesse se reunir no dia 06 de maio. É só uma  
1327 pergunta. Porque há três semanas a gente vem manifestando a nossa solidariedade ao  
1328 meio ambiente, se nós pudéssemos transferir para o dia 06, é só uma colocação.

1329 **Professor Garcia, da SMAM:** Então nós voltamos como matéria a ser discutida. A  
1330 conselheira está propondo, como nós tivemos 03 reuniões este mês, que nós não façamos  
1331 no dia 29, façamos no dia 06 de maio, depois a normal de maio. Alguém ficou com dúvida?  
1332 Aqueles que concordam com a ideia de fazer no dia 06 de maio, por gentileza manifestem-  
1333 se. Vamos contar. Todo mundo. Dia 06 de maio. Obrigado. E agora encerrou mesmo.  
1334 **Professor Garcia, da SMAM:** Está encerrada a reunião.

---

1335 Convenção utilizada:

1336 (...) – reticências entre parênteses – significam ou sobreposição de falas, ou fala inaudível ou incompreensível. As reticências normais constituem-se em  
1337 mero recurso de pontuação.